

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Conselho Nacional estabelece as datas definitivas e os Regulamentos das Directas e do XXXI Congresso



Destaques

- Documentos relativos às Directas e XXXI Congresso

Pag 2 e seguintes

- Conferência de Imprensa do Secretário-Geral

Em “Actividades do PSD”

- Finanças retêm milhões de Euros da Madeira, em créditos do Governo Regional

Em “Notícias da Madeira”

Conselho Nacional estabelece as datas definitivas e os Regulamentos das Directas e do XXXI Congresso



O Conselho Nacional do PSD aprovou na segunda feira à noite, por unanimidade, o adiamento do XXXI Congresso para 20, 21 e 22 de Junho, para repor o respeito pelos estatutos do partido, anunciou o presidente da Mesa do Congresso social-democrata.

Os conselheiros nacionais do PSD estiveram reunidos durante cerca de 45 minutos na sede nacional do partido, em Lisboa, exclusivamente para decidir se adiam o Congresso, convocado inicialmente para 6, 7 e 8 de Junho, em Lisboa.

No final da reunião, o presidente da Mesa do Congresso do PSD, Ângelo Correia, anunciou que foi aprovada “por unanimidade” a proposta de adiamento do Congresso para 20, 21 e 22 de Junho, mantendo-se o local previsto, Guimarães.

“Repôs-se a legalidade dos estatutos”, declarou Ângelo Correia, recordando que estes obrigam a um prazo mínimo de dez dias entre as eleições directas para a escolha do presidente do PSD e o Congresso que vai eleger os novos órgãos nacionais.

Na sua reunião anterior, de 23 de Abril, o Conselho Nacional marcou as eleições directas para 31 de Maio e o Congresso para seis dias depois, 6, 7 e 8 de Junho. Hoje, reuniu-se novamente para “corrigir esse lapso”, segundo Ângelo Correia.

De acordo com o presidente da Mesa do Congresso do PSD, a proposta escrita

de nova data foi assinada por si e apresentada pelo secretário-geral do partido, José Ribau Esteves. - **Lusa**

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

PARECER nº 1 - Eleição P/CPN

1. O artigo 67º nº 2 dos Estatutos do PSD impõe literalmente um lapso de tempo mínimo de dez dias entre a data da eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e a data da realização do Congresso convocado para eleição da Comissão Política Nacional e demais órgãos nacionais.

2. O projecto de regulamento para eleição directa do Presidente da Comissão Política Nacional, levado recentemente a apreciação ao Conselho Nacional, respeitava justamente tal lapso de tempo, posto que se previa a data de 24 de Maio próximo para tal eleição e as datas de 6, 7 e 8 de Junho para a realização do Congresso.

3. Em rigor, nos termos estatutários, é esta, a da realização do Congresso, a data-chave objecto de deliberação em Conselho Nacional, ajustando-se então em consequência, para respeito do citado artigo 67º, a data da eleição directa.

4. No decurso do Conselho Nacional, a maioria dos seus membros, invocando a necessidade de um alargamento do prazo para todo o procedimento inerente à campanha eleitoral, atenta além do mais a anunciada proliferação de candidatos, aprovou uma nova data, 31 de Maio, para a realização da eleição directa, mantendo, porém, as faladas datas de 6, 7 e 8 de Junho para a realização do Congresso Nacional, numa inversão, hoc sensu, daquele iter de procedimento.

5. Muito embora possa impressionar, à luz dos factos descritos, a leitura do artigo 67º, nº 2 dos estatutos, levando a clamar por ilegalidade, não me parece que esta derrogação por assim dizer instrumental operada pelo Conselho Nacional conduza a uma qualquer nulidade, estando-se antes em presença de mera irregularidade que não devesse afectar a normal realização da campanha, da votação e do Congresso; e não pode ignorar-se, neste sentido, a competência própria do Conselho Nacional enquanto órgão máximo entre Congressos.

6. Acresce que o prazo de dez dias, em bom rigor, se destina a acautelar, no interesse dos candidatos em particular e do Presidente eleito o curso de um período considerado minimamente razoável para a apresentação, por parte deste, a sua equipa de “governo” do partido, não sendo defensável que tal período,

quando de oito dias - como é o caso - pudesse prejudicar a preparação das candidaturas aos restantes órgãos.

7. Mais: nunca poderia admitir-se, salvo num único caso específico que não vale considerar, a legitimidade para deduzir impugnações por parte dos candidatos ou de membros do conselho nacional, ali presentes por si ou em representação de órgãos nacionais, regionais ou locais.

8. Na verdade, tendo estado tais candidatos, seus representantes ou membros, nas sobreditas qualidades, presentes no Conselho Nacional que aprovou as datas em crise, uma eventual reclamação da sua parte constituiria intolerável violação do princípio da “*verwirkung*”, num “*venire contra factum proprium*” frontalmente violador da boa fé e que evidentemente jamais seria merecedor da tutela do direito.

9. Sem prejuízo do exposto e uma vez que o problema está colocado, não pode o Conselho de Jurisdição Nacional deixar de ponderar a conduta que, no caso, se mostre mais adequada a acautelar todas as soluções plausíveis do direito e, por via disso, proteger a transparência, tranquilidade e crédito da eleição directa do Presidente da Comissão Política Nacional e dos actos subsequentes até à realização do Congresso.

10. Assim, deverá de imediato promover-se a realização de um novo Conselho Nacional, tendo como único ponto da ordem de trabalhos a marcação de nova data para a realização do Congresso Nacional para eleição da Comissão Política Nacional e demais órgãos nacionais, mantendo-se a data, que não está em causa, marcada para a eleição directa do Presidente da Comissão Política Nacional.

11. Não sendo alcançado, por hipótese teórica de raciocínio, o quórum deliberativo necessário em tal Congresso, a nova data do Congresso, no uso dos seus poderes de fiscalização, será marcada pelo Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional, ouvidos os restantes conselheiros, em articulação com o Secretário Geral e o Presidente da Mesa do Congresso. - **O Presidente da Conselho de Jurisdição Nacional,**



ELEIÇÕES DIRECTAS E XXXI CONGRESSO			
CRONOGRAMA			
1	Marcação do Congresso pelo Conselho Nacional	23 de Abril	4ª Feira
2	Envio às Secções do Rateio, Regulamento e Cronograma, envio de avisos de pagamento de quotas aos militantes cujas quotas caducam até 1 de Maio	5 de Maio	2ª Feira
3	Publicação do Rateio de Delegados e Regulamento no Povo Livre e site do PSD	7 de Maio	4ª Feira
4	Data limite para pagamento de quotas para inclusão nos Cadernos Eleitorais	21 de Maio	4ª Feira
5	Entrega das Convocatórias Eleitorais no Povo Livre	16 de Maio até as 18h00	6ª Feira
6	Data limite para os Presidentes das Mesas de Assembleia de Secção, onde funciona mais que uma mesa de voto, comunicarem ao CJN o número de mesas de voto.	16 de Maio até as 18h00	6ª Feira
7	Publicação das Convocatórias Eleitorais no Povo Livre e site do PSD	21 de Maio	4ª Feira
8	Entrega das Candidaturas a Presidente da CPN e Propostas de Estratégia Global a Mesa do Congresso - Publicação do site	23 de Maio até as 18h00	6ª Feira
9	Envio dos Cadernos Eleitorais e entrega às candidaturas em formato PDF	26 de Maio	2ª Feira
10	Data limite para cada candidatura a Presidente da CPN, indicar ao CJN os seus representantes e suplentes em cada mesa de voto	26 de Maio até as 18h00	2ª Feira
11	Entrega das Candidaturas a Delegados ao Congresso	30 de Maio até as 24h00	6ª Feira
12	Eleição do Presidente do PSD e dos Delegados ao XXXI Congresso	31 de Maio	Sábado
13	Publicação dos resultados da Eleição do Presidente da CPN no site do PSD	2 de Junho	2ª Feira
14	Data para as Secções das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro enviarem ao CJN a documentação respeitante à Eleição do Presidente do PSD	2 de Junho	2ª Feira
15	Entrega das inscrições de Delegados, Participantes e Observadores	9 de Junho até as 18h00	2ª Feira
16	Entrega das Propostas Temáticas	11 de Junho até as 18h00	4ª Feira
17	Publicação das Listas provisórias de Delegados e Participantes no site do PSD	a partir de 12 de Junho	5ª Feira
18	Substituição de Delegados	16 de Junho	2ª Feira
19	Publicação da Proposta de Estratégia Global, da Lista de Delegados e das Propostas Temáticas no Povo Livre e site do PSD	18 de Junho	4ª Feira
20	XXXI Congresso Nacional do PSD	20, 21 e 22 de Junho	6ª, Sábado e Domingo

Rateio

Secção	Delegados						
		Azambuja	2	Crato	1	Mafra	4
		Baião	2	Cuba	0	Maia	6
		Barcelos	9	Elvas	1	Mangualde	2
Abrantes	2	Barrancos	0	Entroncamento	2	Manteigas	1
Águeda	3	Barreiro	3	Espinho	2	Marco de Canaveses	3
Aguiar da Beira	1	Batalha	1	Esposende	3	Marinha Grande	1
Alandroal	1	Beja	2	Estarreja	2	Marvão	1
Albergaria-a-Velha	2	Belmonte	1	Estremoz	1	Matosinhos	5
Albufeira	2	Benavente	1	Évora	2	Mealhada	2
Alcácer do Sal	1	Bombarral	2	Fafe	2	Meda	2
Alcanena	1	Borba	1	Faro	4	Melgaço	1
Alcobaça	3	Boticas	2	Felgueiras	4	Mértola	0
Alcochete	1	Braga	5	Ferreira do Alentejo	1	Mesão Frio	2
Alcoutim	1	Bragança	4	Ferreira do Zêzere	1	Mira	2
Alenquer	2	Cabeceiras de Basto	2	Figueira Castelo Rodrigo	1	Miranda do Corvo	2
Alfândega da Fé	1	Cacém	3	Figueira da Foz	7	Miranda do Douro	1
Algés	6	Cadaval	2	Figueiró dos Vinhos	2	Mirandela	3
Algueirão Mem-Martins	2	Caldas da Rainha	5	Fornos de Algodres	1	Mogadouro	2
Alijó	2	Caminha	1	Freixo de Espada à Cinta	1	Moimenta da Beira	2
Aljezur	1	Campo Maior	1	Fronteira	1	Moita	2
Aljustrel	0	Cantanhede	2	Fundão	2	Monção	2
Almada	4	Carraceda de Ansiães	1	Gavião	1	Monchique	1
Almeida	1	Carregal do Sal	2	Góis	1	Mondim de Basto	2
Almeirim	2	Cartaxo	2	Golegã	1	Monforte	1
Almodôvar	2	Cascais	6	Gondomar	9	Montalegre	1
Alpiarça	1	Castanheira de Pêra	1	Gouveia	2	Montemor-o-Novo	1
Alter do Chão	1	Castelo Branco	3	Grândola	1	Montemor-o-Velho	2
Alvaiázere	1	Castelo de Paiva	2	Guarda	3	Montijo	2
Alvito	1	Castelo de Vide	1	Guimarães	6	Mora	1
Amadora	4	Castro Daire	2	Idanha-a-Nova	1	Mortágua	1
Amarante	3	Castro Marim	1	Ílhavo	2	Moscavide	2
Amares	2	Castro Verde	1	Lagoa	2	Moura	1
Anadia	3	Celorico da Beira	1	Lagos	2	Mourão	1
Ansião	3	Celorico de Basto	2	Lamego	3	Murça	1
Arcos de Valdevez	3	Chamusca	1	Leiria	5	Murtosa	2
Arganil	2	Chaves	3	Loulé	4	Nazaré	1
Armamar	1	Cinfães	2	Loures	2	Nelas	2
Arouca	3	Coimbra	8	Lourinhã	1	Nisa	1
Arraiolos	1	Condeixa-a-Nova	2	Lousã	2	Óbidos	3
Arronches	1	Constância	0	Lousada	5	Odemira	1
Arruda dos Vinhos	2	Coruche	1	Mação	1	Odivelas	4
Aveiro	4	Covilhã	2	Macedo de Cavaleiros	2	Oeiras	5
Avis	1					Oleiros	1



Olhão	3	Póvoa de Varzim	4	Sernancelhe	2	Vila da Feira	7
Oliveira de Azeméis	3	Proença-a-Nova	2	Serpa	1	Vila de Rei	2
Oliveira de Frades	2	Queluz	2	Sertã	2	Vila do Bispo	1
Oliveira do Bairro	2	Redondo	1	Sesimbra	2	Vila do Conde	4
Oliveira do Hospital	5	Reguengos de Monsaraz	1	Setúbal	3	Vila Flor	1
Ourém	4	Resende	2	Sever do Vouga	2	Vila Franca de Xira	5
Ourique	2	Ribeira de Pena	1	Silves	1	Vila Nova da Barquinha	1
Ovar	2	Rio de Mouro	2	Sines	2	Vila Nova de Cerqueira	1
Paços de Ferreira	3	Rio Maior	2	Sintra	3	Vila Nova de Famalicão	8
Palmela	1	Sabrosa	1	Sobral de Monte Agraço	1	Vila Nova de Foz Côa	2
Pampilhosa da Serra	1	Sabugal	1	Soure	2	Vila Nova de Gaia	15
Paredes	6	Salvaterra de Magos	1	Sousel	1	Vila Nova de Paiva	1
Paredes de Coura	1	Santa Comba Dão	1	Tábua	1	Vila Nova de Poiares	2
Pedrógão Grande	1	Santa Marta de Penaguião	2	Tabuaço	2	Vila Pouca de Aguiar	2
Penacova	2	Santarém	3	Tarouca	1	Vila Real	3
Penafiel	5	Santiago do Cacém	2	Tavira	1	Vila Real Santo António	1
Penalva do Castelo	1	Santo Tirso	4	Terras de Bouro	1	Vila Velha de Ródão	0
Penamacor	0	São Brás de Alportel	1	Tomar	2	Vila Verde	8
Penedono	0	São João da Madeira	2	Tondela	3	Vila Viçosa	2
Penela	1	São João da Pesqueira	1	Torre de Moncorvo	1	Vimioso	1
Peniche	2	São Pedro do Sul	2	Torres Novas	2	Vinhais	2
Pêro Pinheiro	1	Sardoal	1	Torres Vedras	3	Viscu	5
Peso da Régua	2	Sátão	1	Trancoso	1	Vizela	2
Pinhel	1	Secção A	7	Trofa	13	Vouzela	2
Pombal	3	Secção B	4	Vagos	3	Total Continente	667
Ponte da Barca	1	Secção D	4	Vale de Cambra	2	Madeira	35
Ponte de Lima	2	Secção E	3	Valença	2	Açores	30
Ponte de Sor	1	Secção F	3	Valongo	6	Europa	9
Portalegre	2	Secção G	3	Valpaços	3	Fora da Europa	9
Portel	1	Secção H	4	Vendas Novas	2	JSD	70
Portimão	2	Secção I	2	Viana do Alentejo	1	TSD	70
Porto	10	Secção Oriental	5	Viana do Castelo	6	ASD	70
Porto de Mós	1	Seia	2	Vidigueira	0	Total	960
Póvoa de Lanhoso	2	Seixal	3	Vieira do Minho	2		

REGULAMENTO DA ELEIÇÃO DIRECTA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL E DO XXXI CONGRESSO NACIONAL

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO DIRECTA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Artigo 1º (Eleição do Presidente da CPN)

1. A eleição do Presidente da Comissão Política Nacional realiza-se no dia 31 de Maio de 2008, entre as 10 e as 17 horas, e é convocada, em simultâneo, com a eleição dos delegados ao XXXI Congresso Nacional, nos termos do disposto no artigo 8º.

2. O Presidente da Comissão Política Nacional é eleito pelos militantes do Partido, com capacidade eleitoral activa, por sufrágio universal, directo e secreto e com voto nominativo, não sendo aplicável a esta eleição o disposto no nº 4 do artigo 4º do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes.

3. Os militantes cujas quotas se encontrem caducadas, até à data de 1 de Maio de 2008, serão notificados do prazo limite para pagamento das respectivas quotas, através do envio, pelos serviços da sede nacional, de uma via de pagamento, contendo todos os elementos necessários para o efeito, podendo efectuar o pagamento até ao dia 21 de Maio de 2008.

4. Os cadernos eleitorais serão remetidos pelos Serviços Centrais às Secções, através das Comissões Políticas Distritais, em 26 de Maio de 2008.

5. As candidaturas a Presidente da Comissão Política Nacional devem ser subscritas por um mínimo de 1500 militantes com capacidade eleitoral, só podendo, cada militante subscrever uma

única candidatura.

6. As declarações de subscrição devem conter o nome, o número de Bilhete de Identidade, o número de militante e a assinatura.

7. As candidaturas a Presidente da Comissão Política Nacional devem ser acompanhadas por uma Proposta de Estratégia Global, apresentada em suporte informático e uma cópia em papel.

8. Para a eleição do Presidente da Comissão Política Nacional, as candidaturas e as propostas de estratégia global devem ser entregues ao Conselho de Jurisdição Nacional até às 18 horas do dia 23 de Maio de 2008, acompanhadas das assinaturas originais.

9. As eleições decorrem em cada uma das Secções e são presididas pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou por quem legalmente o possa substituir, devendo haver em cada Mesa urna própria, exclusiva e identificada, da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional.

10. Exceptuam-se do princípio anterior, os militantes da JSD/Açores Participantes no Congresso Regional, que poderão exercer o seu direito de voto no local da realização do Congresso, à data e hora da Eleição Directa, onde será instalada uma mesa de voto especial, da responsabilidade da CPR/ PSD Açores.

11. Os militantes em cuja área de residência não exista Secção são informados, por comunicação do Secretário-Geral, da Secção onde podem exercer o direito de voto nas eleições para Presidente da CPN.

12. O apuramento da eleição do Presidente da Comissão Política Nacional

é feito segundo o método maioritário.

13. Após o acto eleitoral, será elaborada, pela Mesa, uma acta das operações de votação e do apuramento, a qual deverá ser assinada pelo Presidente e pelos representantes indicados pelas candidaturas.

14. Os resultados são, de imediato, comunicados à Sede Nacional pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, que fará entrega ao Conselho de Jurisdição Distrital do original das actas de apuramento dos resultados eleitorais, dos cadernos eleitorais e dos boletins de voto em envelopes fechados e rubricados pela Mesa e pelos representantes das candidaturas.

15. O Conselho de Jurisdição Distrital deve emitir comprovativo da referida entrega, conservando em seu poder toda a documentação eleitoral mencionada no número anterior.

16. O extracto da acta de apuramento dos resultados da Eleição para Presidente da Comissão Política Nacional é publicado no site do PSD no dia 2 de Junho de 2008.

17. As Secções do Partido nas Comunidades Portuguesas no Estrangeiro procedem nos mesmos termos referidos nos números 9, 10, 11 e 13, fazendo o envio da documentação ali mencionada, ao Conselho de Jurisdição Nacional, por correio registado, no dia 2 de Junho de 2008.

18. Para fiscalização do acto eleitoral, cada candidatura a Presidente da CPN, deve indicar ao Conselho de Jurisdição Nacional, até às 18 horas do dia 26 de Maio de 2008, os respectivos representantes e suplentes para cada secção de voto, tendo em consideração o disposto no número

seguinte.

19. Sempre que o elevado número de votantes o justifique, poderá haver mais que uma mesa de voto, devendo, nesse caso, o Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, por efeitos do número anterior, comunicar ao Conselho de Jurisdição Nacional, até às 18 horas do dia 16 de Maio de 2008, o número de mesas de voto.

20. As despesas efectuadas com as candidaturas são da exclusiva responsabilidade dos candidatos.

Artigo 2º (Fiscalização e Organização da Eleição)

1. O Conselho de Jurisdição Nacional assegura a transparência, garante a imparcialidade e fiscaliza a regularidade do processo eleitoral.

2. A organização da eleição do Presidente da Comissão Política Nacional será acompanhada por uma Comissão Eleitoral, constituída pelo Secretário-Geral e por um representante de cada candidatura a Presidente da CPN.

3. A Comissão Eleitoral fornecerá, em suporte informático, a cada um dos candidatos à Presidência da CPN, toda a informação sobre os militantes do Partido, sem prejuízo dos limites decorrentes das leis aplicadas à Protecção de Dados.

CAPÍTULO II DO XXX CONGRESSO NACIONAL

Artigo 3º (Data e Ordem de Trabalhos)



O XXXI Congresso Nacional do Partido Social Democrata reúne, em sessão extraordinária, nos dias 20, 21 e 22 de Junho de 2008, na cidade de Guimarães, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Apresentação e discussão das Propostas apresentadas ao Congresso

Ponto 2 – Eleição dos órgãos nacionais

Artigo 4º
(Organização dos Trabalhos)

1. Os trabalhos decorrerão de acordo com o seguinte programa:

Sexta-feira, 20 de Junho de 2008

15h00 – Início da credenciação

19h30 – Início do Congresso

Sábado, 21 de Junho de 2008

10h00 – Reinício dos trabalhos

No fim das intervenções – votação das

Propostas

20h00 - fim do prazo de entrega das

candidaturas aos Órgãos Nacionais

Domingo, 22 de Junho de 2008

09h00 / 11h00 – Eleição dos Órgãos

Nacionais

13h00 – Sessão de Encerramento

2. A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:

a) O Presidente da Comissão Política Nacional usará da palavra, sem limite de tempo, no início do debate, bem como no encerramento dos trabalhos e quando o solicitar à Presidente da Mesa;

b) Os membros da Comissão Permanente Nacional dispõem de 30 minutos;

c) Os Presidentes das Comissões Políticas Regionais dispõem de 15 minutos;

d) Os Presidentes das Comissões Políticas Distritais e os líderes das Organizações Especiais dispõem de 10 minutos;

e) O 1º subscritor de cada Proposta Temática dispõe de 10 minutos;

f) Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelos inscritos;

g) A acumulação de tempo por cedência de oradores inscritos não poderá exceder os 10 minutos;

h) A Mesa do Congresso determinará as interrupções para almoço e jantar.

Artigo 5º
(Delegados do PSD)

1. Os 750 delegados a eleger são rateados pelo Continente, Regiões Autónomas e Emigração, proporcionalmente ao número de militantes inscritos há mais de 6 meses nos serviços centrais, à data de 23 de Abril de 2008 (ver mapa anexo).

2. São atribuídos 18 delegados ao círculo da Emigração, 30 à Região Autónoma dos Açores, 35 à Região Autónoma da Madeira e garantindo um Delegado a cada Secção do Continente com mais de 40 militantes inscritos.

3. A diferença do número de Delegados atribuídos, nos termos do número anterior, e o total atribuído às Secções do Continente, será rateado proporcionalmente pelos militantes inscritos há mais de 6 meses em cada uma, à data de 23 de Abril de 2008.

4. O rateio do total dos delegados de cada uma das Regiões Autónomas pelas respectivas estruturas será determinado pelas Comissões Políticas Regionais competentes.

5. O rateio do total dos delegados da Emigração pelas respectivas estruturas será

determinado pelo Secretariado da Emigração.

Artigo 6º
(Delegados das Organizações Especiais)

Os 70 delegados a eleger pela JSD, os 70 delegados a eleger pelos TSD e os 70 delegados a eleger pela ASD são rateados pelos militantes, de acordo com os critérios definidos pelos órgãos nacionais competentes de cada uma daquelas organizações.

Artigo 7º
(Delegados por Inerência)

São Delegados ao Congresso, por inerência, os membros da Mesa do Congresso.

Artigo 8º
(Assembleia de Secção)

1. A Eleição dos Delegados do PSD do Continente, Regiões Autónomas e Emigração, com excepção dos delegados a eleger pelas organizações especiais, realiza-se em simultâneo com a do Presidente da Comissão Política Nacional, no 31 de Maio de 2008, entre as 10 horas e as 17 horas locais, devendo as convocatórias das respectivas Assembleias de Secção ser entregues na redacção do “Povo Livre”, até às 18h00 do dia 16 de Maio de 2008, para efeitos de publicação em 21 de Maio de 2008.

2. Os Serviços Centrais remetem às Secções, em 5 de Maio de 2008, o Regulamento do Congresso, o respectivo cronograma e o rateio dos Delegados referentes a cada Secção, sendo os cadernos eleitorais remetidos às mesmas Secções em 26 de Maio de 2008.

3. Para a eleição dos Delegados do PSD, os militantes candidatar-se-ão através da apresentação de listas, que deverão ser entregues à Mesa da Assembleia de Secção, até às 24 horas do dia 30 de Maio de 2008.

4. As candidaturas serão apresentadas por listas completas, propostas por 20 militantes ou 1/20 dos membros do órgão competente para a eleição, de acordo com o Caderno Eleitoral.

5. Não é permitida a aceitação de candidaturas do mesmo militante, em mais de uma lista, para o mesmo órgão.

6. Em qualquer dos actos eleitorais, só podem votar e ser eleitos os militantes que tenham efectuado o pagamento da respectiva quota até ao dia 21 de Maio, através de qualquer dos meios previstos no Regulamento de Quotas, e estejam inscritos, respectivamente, há pelo menos seis meses ou um ano e no pleno exercício dos seus direitos.

7. O pagamento na Tesouraria da Sede Nacional, pode ser efectuado até às 18 horas do dia 21 de Maio de 2008.

8. O apuramento dos Delegados é feito segundo o método de representação proporcional de Hondt.

9. Em caso omissão, reporta-se para o Regulamento Eleitoral, Estatutos ou para a Lei Geral em vigor.

Artigo 9º
(Participantes)

São Participantes no Congresso, sem direito a voto, os membros dos Órgãos Nacionais, os Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, o

primeiro militante eleito em cada Câmara Municipal, os militantes que sejam membros da Comissão Europeia e do “Gabinete Sombra”, o Director do “Povo Livre”, o Presidente da Comissão de Relações Internacionais, o Director do Gabinete de Estudos Nacional e os Secretários-Gerais Adjuntos.

Artigo 10º
(Observadores e Convidados)

Podem assistir ao Congresso os Observadores e Convidados pela Comissão Política Nacional devendo esta ratear os Observadores pelas Comissões Políticas Regionais e de Secção, pela JSD, TSD, ASD e pela Emigração em função do número de lugares disponíveis.

Artigo 11º
(Inscrição dos Delegados, Participantes e Observadores)

1. A inscrição de todos os Delegados, Participantes e Observadores processa-se mediante a remessa ao Secretário-Geral dos boletins de Inscrição próprios, autenticados pelos órgãos competentes, os quais devem dar entrada na Sede Nacional até às 18 horas do dia 9 de Junho de 2008.

2. Tal inscrição será acompanhada pela quantia de 50 Euros, a remeter anexa ao boletim, estando isentos, os representantes das estruturas fora do Continente e da JSD.

3. As listas provisórias de Delegados e Participantes são publicadas na edição Online do “Povo Livre” a partir do dia 12 de Junho de 2008.

4. As listas definitivas de Delegados e Participantes são publicadas no site do PSD no dia 18 de Junho de 2008.

Artigo 12º
(Substituições)

Depois de recebidas as inscrições dos Delegados só são permitidas substituições que dêem entrada nos serviços centrais até ao dia 16 de Junho de 2008.

Artigo 13º
(Subscrição e Entrega das Propostas Temáticas)

1. As Propostas Temáticas devem ser remetidas ao Presidente da Mesa do Congresso até às 18 horas do dia 11 de Junho de 2008, em versão impressa e em suporte informático, para divulgação no site do PSD.

2. As Propostas Temáticas podem ser subscritas pelas Comissões Políticas Nacionais do PSD, da JSD e dos ASD, pelas Comissões Políticas Regionais, pelas Assembleias Distritais, pelo Secretariado Nacional dos TSD, por cinco Secções da Emigração, por mil e quinhentos militantes no pleno exercício dos seus direitos ou por 25 delegados ao Congresso. Os textos das Propostas Temáticas devem ser acompanhados pelas assinaturas dos seus subscritores.

3. Cada Assembleia Distrital só pode apresentar uma Proposta Temática que será a mais votada.

4. As Propostas Temáticas admitidas serão publicadas no site do PSD e na edição do “Povo Livre” de 18 de Junho de 2008.

5. Durante os trabalhos do Congresso podem ser admitidas propostas que visem a conciliação de outras anteriormente admitidas, desde que o 1º subscritor de cada uma destas a retire e subscreva

aquelas.

6. Ao 1º subscritor de cada Proposta Temática, a quem incumbe representar os restantes, é permitida a aceitação de sugestões visando modificar a sua redacção.

7. Caso existam várias Propostas Temáticas versando o mesmo tema será aprovada aquela que recolher maior número de votos favoráveis.

Artigo 14º
(Eleição da Comissão Política Nacional)

Só pode apresentar lista para a Comissão Política Nacional, o Presidente da Comissão Política eleito.

Artigo 15º
(Eleição dos Restantes Órgãos Nacionais)

As listas para a Mesa do Congresso, Conselho Nacional e Conselho de Jurisdição Nacional, são entregues na Mesa do Congresso até às 20h00 de Sábado, dia 21 de Junho de 2008, devendo ser subscritas por 25 delegados e acompanhadas de declaração de aceitação dos candidatos.

Artigo 16º
(Comunicação Social)

Podem assistir aos trabalhos do Congresso representantes dos Órgãos de Comunicação Social devidamente credenciados pelos Serviços Centrais.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 17º
(Voto Antecipado)

1. Os Membros do Conselho de Jurisdição Nacional, o Secretário-Geral, os Secretários-Gerais Adjuntos do PSD, bem como os funcionários da sede nacional, podem votar antecipadamente na eleição do Presidente da CPN e dos Delegados ao XXXI Congresso do PSD.

2. O voto antecipado será entregue, dobrado e em envelope cerrado, até ao início da votação, ao Presidente da Mesa de Voto ou seu substituto legal, na Secção onde o militante está inscrito.

3. O Presidente da Mesa informará os restantes Membros dos votos antecipados que lhe tenham sido entregues, devendo estes, no início da votação, ser depositados na urna respectiva na presença dos Membros da Mesa.

4. Em todo o processo deverá respeitar-se a natureza secreta do escrutínio.

Artigo 18º
(Normas Subsidiárias)

Os casos omissos são integrados por aplicação do Regulamento Eleitoral, dos Estatutos ou Lei Geral em vigor.

Artigo 19º
(Suspensão)

Com a aprovação do presente Regulamento fica suspensa, até ao dia 1 de Julho de 2008, a entrada em vigor do Regulamento de Quotas, Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes, Regulamento Eleitoral e Regulamento das Estruturas das Comunidades Portuguesas, aprovados no Conselho Nacional de 8 de Março de 2008.

Actividades do PSD

Conferência de Imprensa de Ribau Esteves

A comissão eleitoral, com representantes das cinco candidaturas à liderança do PSD, prevista no regulamento aprovado pelo Conselho Nacional social-democrata, reuniu-se pela primeira vez, afirmou o secretário-geral do partido.

“Hoje mesmo reuniu-se pela primeira vez a comissão eleitoral e está já marcada a próxima reunião”, afirmou José Ribau Esteves, em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD.

Ribau Esteves recordou que “o regulamento que o Conselho Nacional aprovou no passado dia 23 de Abril criou uma comissão eleitoral, que é composta pelo secretário-geral e por representantes de cada uma das candidaturas, para que haja um acompanhamento permanente ao funcionamento de todo o processo eleitoral”.

Por outro lado, o secretário-geral do PSD disse que “tudo aquilo de que uma candidatura precisa para se relacionar com o universo de cerca de 150 mil militantes está na posse de cada uma das candidaturas desde o passado dia 29 de Abril”.

“No passado dia 29 de Abril, terça-feira, entreguei por mão própria aos representantes das cinco candidaturas todas as listagens do partido, toda a informação de que necessitam para fazer o seu trabalho de sensibilização dos militantes”, reiterou.

“Acabámos com o PIN. Aquela existência famosíssima dos meses de Agosto e Setembro do ano passado já não existe”, adiantou Ribau Esteves, referindo que “o partido sempre teve um PIN, porque é obrigatório para fazer um pagamento pela rede multibanco”, mas que este voltou a ser um número simples conhecido por todas as candidaturas.

Segundo o secretário-geral do PSD, “o PIN sempre foi um código simples – o número de militante, que está em todas as listagens, preenchido até ao nono dígito com zeros à esquerda - e depois foi substituído um algoritmo matemático”.

“Destruímos informaticamente essa existência. Toda a gente tem agora um PIN muito simples que as candidaturas conhecem”, completou.

Ribau Esteves assegurou um processo eleitoral com “rigor, transparência e tratamento equitativo das candidaturas”, disse que não integrará nenhuma das candidaturas nem tomará posição enquanto secretário-geral do PSD.



Como militante, terminado o prazo para apresentação de candidaturas, 23 de Maio, poderá divulgar qual é o candidato que quer ver à frente do PSD.

São candidatos às eleições directas de 31 de Maio para a presidência do PSD Pedro Passos Coelho, Mário Patinha Antão, Manuela Ferreira Leite, António Neto da Silva e Pedro Santana Lopes.

O secretário-geral afirmou ainda que vai solicitar o pagamento em prestações da multa de 67.636 mil euros por irregularidades nas contas do partido de 2004, como foi pedido por todos os outros partidos, para “todas as outras” multas.

Na conferência de imprensa, José Ribau Esteves lamentou que o partido tenha sido multado, sublinhando que “o PSD bateu mais uma vez o seu recorde de multa, que ano após ano vai crescendo”.

O Tribunal Constitucional, através de um acórdão divulgado na terça-feira pela agência Lusa, multou o PSD em 67.636 euros por irregularidades nas suas contas de 2004.

Ribau Esteves assegurou que o PSD cumprirá a sua obrigação, “como é lógico”.

“Esta multa queremos também pagá-la em prestações, como todas as outras. Não é novidade, os partidos em Portugal, muitos deles, usam a solicitação ao Tribunal Constitucional, que em regra é deferida, de pagamento

em prestações deste tipo de multas. A nossa multa de 2003 está agora a ser paga nas suas últimas prestações”, afirmou.

O secretário-geral do PSD considerou que “é um acto de boa gestão” e adiantou que pagamento da multa de 265 mil euros que o partido foi condenado a pagar por ter recebido ilegalmente um donativo indirecto da empresa Somague será feito nos meses de “Agosto de 2008, Janeiro, Julho e Dezembro de 2009”.

“O PSD suscitou perante o Tribunal Constitucional o pagamento em quatro prestações dessa multa, invocando questões que têm a ver com a gestão da sua condição financeira e o Tribunal Constitucional decidiu deferir a solicitação que apresentámos, sem qualquer pressuposto condicionante”, disse.

“Nada disso tem a ver com o crédito bancário que o Partido tem e continuará a ter”, salientou Ribau Esteves, acrescentando que “o partido tem hoje - como sempre terá - crédito bancário, como não podia deixar de ser, até porque em Portugal qualquer instituição que tenha como fonte principal de receita transferências do Orçamento do Estado dispõe de uma garantia de cumprimento de obrigações de praticamente cem por cento”.

Segundo o secretário-geral do PSD,

o partido tem “um desequilíbrio entre a receita e o passivo”, mas trata-se de um problema para o qual “qualquer gestor financeiro razoável desenha facilmente um quadro de soluções adequadas”.

“Dizer que o PSD está na falência, que não tem crédito bancário, nada disso faz sentido por não estar de acordo com a realidade”, reforçou.

Questionado pelos jornalistas sobre a auditoria externa às contas do PSD desde 2001, que anunciou em Fevereiro, Ribau Esteves respondeu que foi suspensa depois do anúncio da demissão do presidente do partido, Luís Filipe Menezes, bem como a operação de compra de uma nova sede nacional.

“Matérias que estavam a avançar, como essas, foram imediatamente suspensas na sexta-feira de manhã depois do anúncio da demissão do dr. Luís Filipe Menezes”, declarou, referindo, quanto à sede, que há já “um compromisso muito adiantado em termos da aquisição” e que e os contactos para a venda da actual sede “estão todos válidos, mas objectivamente suspensos”.

O secretário-geral do PSD referiu que estava ser feita “uma replanificação financeira da dívida” do partido, procurando “um empréstimo novo que fizesse a cobertura dos actuais e que replanificasse no tempo o cumprimento dessas obrigações para



com a banca”.

“O novo presidente e o secretário-geral meu sucessor, saberão tudo o que estava pendente, cada uma das situações, dossier a dossier, num relatório escrito que lhes vou entregar”, frisou Ribau Esteves.

Debates entre candidatos à presidência do PSD serão transmitidos pela CIC e TVI

A TVI vai transmitir, dia 23, um primeiro debate com os candidatos à liderança do PSD, na sequência de um sorteio hoje realizado que atribuiu à SIC um segundo debate 3 dias antes das eleições.

A estação de Queluz reunirá, dia 23 deste mês, os candidatos Manuela Ferreira Leite, Pedro Passos Coelho e Pedro Santana Lopes para um debate sobre as eleições directas do presidente do PSD que se realizam dia 31.

O modelo do debate e a moderação estão ainda por definir na TVI.

A SIC, por seu lado, decidiu já que o debate naquele canal - a realizar cinco dias depois, ou seja, dia 28 deste mês - será moderado pela jornalista Clara de Sousa.

De fora ficou a RTP que não irá apresentar nenhum dos debates já accites pelos candidatos.

A estação pública transmitiu este mês duas grandes entrevistas, realizadas pela jornalista Judite de Sousa, aos candidatos Pedro Santana Lopes (dia 1 de Maio) e Manuela Ferreira Leite (dia 7), estando Pedro Passos Coelho agendado para dia 16.

Empreendimentos turísticos e a Lei, trazidos ao Parlamento

Mendes Bota interveio no plenário da Assembleia da República, no debate da Apreciação Parlamentar requerida pelo PSD e pelo PCP ao Decreto-Lei nº 39/2008, relativo ao novo Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos.

O deputado entregou um conjunto de 25 propostas de alteração, que serão agora discutidas em sede de especialidade.

De entre os aspectos que mereceram mais reparos por parte do parlamentar, está aquilo que designou de “desclassificação turística daquilo que no decreto-lei em apreço é designado por “alojamento local”, uma espécie residual da oferta nacional, banida de utilizar as expressões “turismo” ou “turístico”.

Ora, isto é um paradoxo. Acaso alguém duvida que os apartamentos, as moradias, as pensões, as estalagens e os hotéis albergam turistas? E não se trata de modalidades de alojamento temporário? E não se trata de modalidades de alojamento remunerado?

Então os seus clientes contam para as estatísticas dos turistas

desembarcados nos aeroportos, e as camas onde dormem não contam para as estatísticas da oferta de um município ou de uma região? Alojamos turistas, mas estão proibidos de utilizar a palavra “turismo”?”

E acrescentou: “Torna-se óbvio a quem interessa deixar de fora aquilo a que hoje se chama “oferta paralela”, mas que é uma realidade de grandes dimensões, sobretudo no Algarve, mas também no Oeste, na Madeira, e num futuro breve, no Alentejo, no Centro e no Norte de Portugal.

Isto, sem deixar de referir que, se o agora denominado “alojamento local” não for considerado como alojamento turístico para a estatística das camas turísticas, deixa de ser considerado nos indicadores com efeitos orçamentais, bem como nos instrumentos de gestão territorial.”

Sobre o impacto negativo no chamado Turismo Residencial da obrigação de a totalidade das unidades de alojamento ficarem contratualmente em regime obrigatório de exploração turística, Mendes Bota considerou que “esta obrigatoriedade terá efeitos negativos sobre uma parcela significativa do mercado do chamado turismo residencial, um segmento de investidores de alto rendimento, que gosta de adquirir a sua casa em resorts turísticos, para seu próprio usufruto, da sua família e dos seus amigos, sem necessariamente ser obrigado a explorar turisticamente.”

O texto da Intervenção de Mendes Bota

Sr. Presidente, Sra. Deputadas, Srs. Deputados: ao apresentar o pedido de apreciação parlamentar do Decreto-Lei nº 39/2008, e 25 propostas de alteração para serem discutidas na especialidade, o PSD pretende dar um contributo e uma segunda oportunidade para melhorar o diploma, e corrigir alguns aspectos que, até por lapso, ali ficaram consagrados.

Comecemos desde logo com a desclassificação turística daquilo que no decreto-lei em apreço é designado por “alojamento local”, uma espécie

residual da oferta nacional, banida de utilizar as expressões “turismo” ou “turístico”.

Ora, isto é um paradoxo. Acaso alguém duvida que os apartamentos, as moradias, as pensões, as estalagens e os hotéis albergam turistas? E não se trata de modalidades de alojamento temporário? E não se trata de modalidades de alojamento remunerado?

Então os seus clientes contam para as estatísticas dos turistas desembarcados nos aeroportos, e as

Alentejo, no Centro e no Norte de Portugal.

Isto, sem deixar de referir que, se o agora denominado “alojamento local” não for considerado como alojamento turístico para a estatística das camas turísticas, deixa de ser considerado nos indicadores com efeitos orçamentais, bem como nos instrumentos de gestão territorial.

Pode-se chegar ao paradoxo de ser impossível construir hotéis ou estalagens, ou alugar moradias de luxo para turistas, em zonas que os planos



camas onde dormem não contam para as estatísticas da oferta de um município ou de uma região? Alojamos turistas, mas estão proibidos de utilizar a palavra “turismo”?

O próprio artigo 3º do decreto-lei diz que esses estabelecimentos “podem ser comercializados para fins turísticos”, as câmaras municipais são obrigadas a fornecer ao instituto Turismo de Portugal os respectivos registos, mas essa oferta não pode ser classificada de “turística”?

É evidente a contradição. Torna-se óbvio a quem interessa deixar de fora aquilo a que hoje se chama “oferta paralela”, mas que é uma realidade de grandes dimensões, sobretudo no Algarve, mas também no Oeste, na Madeira, e num futuro breve, no

regionais, municipais ou especiais de ordenamento do território classifiquem como zonas turísticas ou passíveis de uso turístico.

Por outro lado, parece-nos impensável, para a segurança e o conforto dos turistas, que um conjunto turístico/resort, possa ser atravessado por linhas ferroviárias ou por estradas e caminhos municipais, daí propormos a supressão dessa possibilidade do texto. Não seria proibido, mas mandaria a prudência que cada caso fosse analisado pontualmente.

Já dissemos em anteriores ocasiões, e voltamos a reafirmar, que escancarar a possibilidade de qualquer tipologia de empreendimento turístico, desde hotéis, a conjuntos turísticos, aldeamentos e parques de campismo e caravanismo, se poder implantar em áreas classificadas de elevada sensibilidade ambiental, como parques e reservas naturais protegidas, carece de redobrada atenção.

O PSD concorda em absoluto que a exploração turística das unidades de alojamento de um empreendimento, seja exclusivamente da competência de uma única entidade exploradora.

Mas considera também que, nos empreendimentos turísticos em regime de propriedade plural, não se deverá obrigar a totalidade das unidades de alojamento a ficarem contratualmente em regime obrigatório de exploração turística.

Na nossa opinião, esta obrigatoriedade terá efeitos negativos sobre uma parcela significativa do mercado do chamado turismo





residencial, um segmento de investidores de alto rendimento, que gosta de adquirir a sua casa em resorts turísticos, para seu próprio usufruto, da sua família e dos seus amigos, sem necessariamente ser obrigado a explorá-lo turisticamente.

Daí que, com uma simples introdução de um limite mínimo de 60% para as unidades de alojamento permanentemente afectas à exploração turística, introduzir-se-á alguma flexibilidade, que o mercado se encarregará de regular.

O resto do nosso contributo para o aperfeiçoamento deste diploma, são pormenores e correcções, umas mais relevantes do que outras, como é o caso da consideração do factor localização, como elemento importante nos critérios de classificação de um empreendimento.

Gostariamos que o governo, e a maioria que o suporta, vissem este pedido de Apreciação Parlamentar, não como uma peça tradicional da dialéctica entre o poder e a oposição, mas como uma oportunidade para melhorar e corrigir um diploma fundamental.

O Turismo é, porventura, a pedra mais preciosa da economia portuguesa, a sua maior margem de progressão, o seu recurso de maior potencial. Não deve ser arma de arremesso político-partidário. Exige colaboração, mas precisa de diálogo. Foi com esse espírito que aqui viemos.

Propostas de alteração ao diploma

Na sequência do pedido de Apreciação Parlamentar nº 71/X do Decreto Lei nº 39/2008, de 7 de Março, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, e ao abrigo do disposto no Artigo 196º do Regimento da Assembleia da República, os deputados abaixo assinados vêm propor as seguintes 25 alterações ao citado diploma e requerer a sua discussão em sede de especialidade.

1- O parágrafo 1 do Artigo 2º

passa a ter a seguinte redacção:

Consideram-se empreendimentos turísticos os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento temporário, restauração ou animação, mediante remuneração, dispondo (...);

2- O parágrafo 2 do Artigo 2º passa a ter a seguinte redacção:

Não se consideram empreendimentos turísticos para efeitos do presente decreto-lei as instalações ou os estabelecimentos que, embora destinados a proporcionar alojamento, sejam explorados sem intuito lucrativo ou para fins exclusivamente de solidariedade social e cuja frequência seja restrita a grupos limitados;

3- O parágrafo 1 do Artigo 3º passa a ter a seguinte redacção:

Consideram-se estabelecimentos turísticos de alojamento local as moradias, apartamentos, pensões, motéis e estabelecimentos (...) mas não reúnam os requisitos dos demais empreendimentos turísticos, referidos do nº 1 do artigo seguinte, aos quais se aplica o disposto no presente decreto-lei;

4- O parágrafo 2 do Artigo 3º passa a ter a seguinte redacção:

Os estabelecimentos turísticos de alojamento local (...);

5- O parágrafo 3 do Artigo 3º passa a ter a seguinte redacção:

Os estabelecimentos turísticos de alojamento local (...);

6- O parágrafo 4 do Artigo 3º passa a ter a seguinte redacção:

Apenas os estabelecimentos turísticos de alojamento local (...);

7- O parágrafo 5 do Artigo 3º passa a ter a seguinte redacção:

As câmaras municipais devem facultar ao Turismo de Portugal, I.P., o acesso informático ao registo dos estabelecimentos turísticos de alojamento local;

8- É suprimido o parágrafo 6 do Artigo 3º;

9- É acrescentada uma nova alínea ao parágrafo 1 do Artigo 4º:

i)- Estabelecimentos turísticos de alojamento local;

10- É acrescentada uma nova alínea ao parágrafo 2 do Artigo 4º:

c)- Portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do turismo e da administração local, restringindo-se aos requisitos mínimos de segurança e higiene, no caso da alínea i);

11- O parágrafo 2 do Artigo 8º passa a ter a seguinte redacção:

Nas unidades de alojamento podem ser instaladas camas convertíveis desde que não excedam em 25% o número das camas fixas;

12- O parágrafo 1 do Artigo 12º passa a ter a seguinte redacção:

Os estabelecimentos hoteleiros devem dispor, no mínimo, de 6 unidades de alojamento;

13- No parágrafo 1 do Artigo 15º, é suprimida a seguinte parte de texto:

(...) ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais, linhas ferroviárias secundárias, linhas de água e faixas de terreno afectas a funções de protecção e conservação de recursos naturais(...)

14- O parágrafo 6 do Artigo 18º passa a ter a seguinte redacção:

São empreendimentos de agroturismo os imóveis situados em explorações agrícolas, com o número máximo de 15 unidades de alojamento destinadas a hóspedes, e que permitam o acompanhamento e conhecimento (...)

15- É suprimido o parágrafo 2 do Artigo 19º;

16- É suprimido o parágrafo 3 do Artigo 20º;

17- São suprimidas as alíneas a) e b) do Artigo 22º;

18- O parágrafo 3 do Artigo 23º passa a ter a seguinte redacção:

A câmara municipal pode contratualizar com o Turismo de Portugal, I.P. e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional respectiva, o acompanhamento do procedimento (...);

19- O parágrafo 5 do Artigo 30º passa a ter a seguinte redacção:

A emissão do alvará de utilização para fins turísticos depende apenas do pagamento prévio pelo requerente da respectiva taxa, a qual será devolvida caso o empreendimento turístico não reúna as condições necessárias a essa emissão;

20- É acrescentada uma nova alínea ao parágrafo 2 do Artigo 35º:

f)- Localização

21- O parágrafo 1 do Artigo 45º passa a ter a seguinte redacção:

Sem prejuízo do disposto no artigo 49º, pelo menos 60% das unidades de alojamento estão permanentemente em regime de exploração turística, devendo a entidade exploradora assumir a exploração continuada das mesmas;

22- O parágrafo 2 do Artigo 45º passa a ter a seguinte redacção:

A entidade exploradora deve assegurar que as unidades de alojamento em regime permanente de

exploração turística permanecem a todo o tempo (...);

23- O parágrafo 3 do Artigo 45º passa a ter a seguinte redacção:

(...) deve obter de todos os proprietários das unidades de alojamento permanentemente afectas ao regime de exploração turística, nos termos do nº 1 do presente artigo, bem como das que venham a ser circunstancialmente sujeitas a esse regime, um título jurídico que a habilite à exploração das mesmas;

24- O parágrafo 2 do Artigo 49º passa a ter a seguinte redacção:

Os empreendimentos turísticos em propriedade plural apenas podem encerrar desde que haja acordo de pelo menos dois terços dos proprietários;

25- O parágrafo 4 do Artigo 75º passa a ter a seguinte redacção:

(...) são reconvertidos em modalidades de estabelecimentos turísticos de alojamento local. - **Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata**

Conselho Nacional do PSD em 12 de Maio

O Conselho Nacional do PSD reuniu extraordinariamente na segunda-feira em Lisboa para decidir se o Congresso do partido se mantém a 6, 7 e 8 de Junho ou é adiado duas semanas, para 20, 21 e 22.

A reunião extraordinária do Conselho Nacional foi anunciada pelo secretário-geral do PSD, José Ribau Esteves, na conferência de imprensa, na sede nacional do partido, que referimos a abrir esta secção.

Ribau Esteves declarou que foi o presidente da Mesa do Congresso do PSD, Ângelo Correia, quem decidiu a reunião extraordinária do Conselho Nacional por causa do “não cumprimento do artigo 67º dos Estatutos”, questão levantada através de “uma queixa formal de um militante” que não quis identificar.

A data de 20, 21 e 22 de Junho foi proposta por Ângelo Correia e a reunião vai decorrer no auditório da sede nacional do PSD, em Lisboa, adiantou o secretário-geral dos sociais-democratas.

O artigo 67º dos Estatutos do PSD estabelece, no seu número 2, que “o presidente da Comissão Política Nacional é eleito em simultâneo com a eleição dos delegados das secções até ao 10º dia anterior à data do Congresso convocado para a eleição da Comissão Política Nacional e demais órgãos nacionais”.

O prazo mínimo de dez dias entre a eleição directa do presidente do PSD e a data do Congresso não é cumprido com o calendário que foi aprovado pelo Conselho Nacional: eleição directa no dia 31 de Maio e Congresso nos dias 6, 7 e 8 de Junho em Guimarães.

O presidente da distrital do Porto do PSD, Marco António Costa, levantou publicamente o problema da irregularidade do calendário eleitoral.

De acordo com Ribau Esteves, “há



aqui uma irregularidade, depois os juristas dividem-se se é uma irregularidade muito grave, pouco grave, se é motivo para impugnar, se não é”.

Questionado sobre o que poderá acontecer caso se mantenham as datas que foram aprovadas, respondeu: “O que pode acontecer é que alguém vinha suscitar uma impugnação e o Conselho de Jurisdição Nacional, que é o órgão próprio, averigua essa impugnação e decide sobre ela, dando deferimento ou indeferimento - pode considerar que a irregularidade não é relevante para que defira uma impugnação”.

Ribau Esteves adiantou que o Conselho de Jurisdição Nacional emitiu um parecer, perante a queixa formal apresentada por um militante, “e com base nesse parecer o presidente do Conselho Nacional, mais avisado, entendeu reunir o Conselho para suscitar a questão e o Conselho decidirá”.

O secretário-geral do PSD remeteu mais explicações para Ângelo Correia.

“As justificações totais serão dadas pelo engenheiro Ângelo Correia e não por mim. A minha proposta foi clara: directas a 24 de Maio, Congresso a 6, 7 e 8 e todos os pressupostos estatutários estavam cumpridos”, afirmou.

“Entendeu o Conselho Nacional [na reunião de 23 de Abril] alterar uma dessas datas [adiando as directas de 24 para 31 de Maio] e está colocada formalmente uma questão de irregularidade”, acrescentou, sublinhando que a alteração da data das directas foi aprovada “por 80 por cento dos conselheiros”.

“Só o Conselho Nacional pode alterar uma decisão sua. O presidente do Conselho Nacional tomou esta decisão e está já a ser executada”, concluiu.

Estado deve deixar de ter canais generalistas de rádio e televisão, defende Agostinho Branquinho

O deputado do PSD Agostinho Branquinho defendeu hoje que o Estado deve deixar de ter canais generalistas de rádio e televisão, limitando a sua presença no meio audiovisual à promoção da língua e cultura portuguesas.

Em declarações aos jornalistas, na Assembleia da República, Agostinho Branquinho defendeu que “os avanços tecnológicos e a nova sociedade de participação em que vivemos não justificam a existência de serviços públicos de rádio e de televisão de carácter generalista”.

O deputado do PSD referiu que o Estado tem “sete canais de rádio em Portugal” e considerou que o canal 1 da RTP “não faz coisa diferente” da SIC e da TVI.

“Há áreas para a intervenção do serviço público, quer na rádio, quer na televisão, nomeadamente no que diz respeito aos canais internacionais, à divulgação e promoção da língua e da cultura portuguesa no mundo e sobretudo no auxílio à produção de audiovisual em português”, advogou.

“Quanto ao resto, acho que no mercado estão asseguradas as condições de concorrência e de liberdade de opinião e de expressão”, rematou.

“Esta é a minha opinião pessoal. A opinião do meu partido nem sempre tem sido a minha”, assinalou.

De acordo com Agostinho Branquinho, “é preciso de facto é diminuir o peso do Estado na sociedade, não ter medo da sociedade e criar mecanismos de regulação e de fiscalização eficazes”.

“Não Podemos, nem devemos, porém, retirar imediatamente o Estado da sociedade, pois isso não se consegue sem traumas, de um momento para o outro”, ressaltou.

PSD “tem de provar que quer continuar a ser importante na democracia portuguesa”

Luís Filipe Menezes afirmou hoje, em Gaia, que o PSD “tem de provar nas próximas semanas que quer continuar a ser importante na democracia portuguesa”.

“O PSD deve procurar que o debate interno permita encontrar uma solução que faça com que continue a ser um partido importante”, sublinhou o líder social-democrata, no final da apresentação da revisão do Plano Director Municipal de Gaia.

Questionado sobre se vai contribuir para esse debate interno, Menezes limitou-se a responder: “não vou nem devo”.

O presidente do PSD, que se escusou a revelar quem considera que preenche melhores condições para liderar o partido, afirmou que Santana Lopes é mais um candidato”.

“Tem credibilidade, já foi primeiro-ministro, tem curriculum e a apresentação da sua candidatura é importante para que o debate interno seja aprofundado”, sublinhou.

Questionado sobre a presença de um filho seu na candidatura de Pedro Passos Coelho, Menezes afirmou que isso significa apenas que ele “pensa pela sua cabeça”.

Luís Filipe Menezes desvalorizou o facto de não haver hoje comemorações agendadas para o 34º aniversário do PSD, afirmando que existe um consenso antigo dentro do partido de não celebrar a data no dia exacto quando calha num dia de semana.

Em 2007, Marques Mendes, então líder social-democrata, celebrou o aniversário no próprio dia 06 de Maio com um jantar no Parque de Feiras e Exposições de Aveiro.

Classificando o aniversário do PSD como “uma data importante num partido nuclear da democracia portuguesa que esteve ligado a avanços significativos do país”, Menezes garantiu que ele não deixará de ser festejado depois das directas de 31 de Maio, já com o novo líder.

Alípio Ribeiro tem “uma posição quanto à filosofia de investigação

criminal diferente da do Governo”, o que é uma «divergência inconciliável”

O PSD afirmou hoje que Alípio Ribeiro manifestou ter “uma posição quanto à filosofia de investigação criminal diferente da do Governo” e considerou que essa divergência “era inconciliável” para que se mantivesse director da PJ.

“Não fomos apanhados de surpresa”, declarou o deputado social-democrata Luís Montenegro aos jornalistas, numa reacção à demissão de Alípio Ribeiro de director da Polícia Judiciária (PJ), na sede nacional do PSD.

“As suas últimas declarações revelam uma posição quanto à filosofia de investigação criminal diferente da do Governo”, afirmou Luís Montenegro.

Para o PSD, essa divergência “era inconciliável” para que Alípio Ribeiro se mantivesse no cargo de director da PJ.

Luís Montenegro acrescentou que o PSD está apreensivo “com as mudanças que o Governo propõe para a investigação criminal”, salientando que “não são consensuais” e que se trata “de uma matéria de Estado”.

Almeida Rodrigues, actual subdirector nacional adjunto na Directoria de Coimbra da PJ, vai suceder a Alípio Ribeiro à frente da Polícia Judiciária, disse hoje à Agência Lusa fonte oficial.

José Maria de Almeida Rodrigues, 49 anos, licenciado em Direito, é coordenador de investigação criminal da PJ, tendo sido um dos três directores nacionais adjuntos no mandato do antigo director nacional da Judiciária Santos Cabral.

A nomeação de Almeida Rodrigues para dirigir a PJ foi divulgada em comunicado do Ministério da Justiça, onde é referido que o ministro da Justiça “aceitou o pedido de demissão que lhe foi entregue hoje pelo director nacional da PJ (Alípio Ribeiro)”. – **Fontes: Lusa, Gab. Imp. GP-PSD, PL, fotos de arquivo**





INTERVENÇÃO DO DEPUTADO Carlos Miranda

Petição n.º 258/X/2ª.

Encerramento do Serviço de Urgência do Hospital de S. José, de Fafe
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Todo o processo de requalificação das urgências ou, melhor, de desclassificação das urgências, foi muito mal conduzido por este Governo do Partido Socialista.

Foi tão mal conduzido que levou mesmo à demissão do anterior Ministro da Saúde.

Para a queda do Ministro Correia de Campos não terão sido indiferentes as palavras críticas daquela que lhe viria a suceder.

Antes de ser Ministra, em Janeiro passado, ANA JORGE dizia que, e cito, “o programa da reforma das urgências (...) que tem a ver com a rede hospitalar, foi mal feito porque foi feito sem estarem criadas as condições alternativas”.

Decorridos apenas 3 meses de mandato, já todos os portugueses se vão apercebendo que, afinal, a reforma estagnou e parou, por calculismo pré-eleitoral.

De facto, foi já suspenso o encerramento dos SAP que, no entender do próprio Governo, deveriam ter fechado em Março e Abril de 2008, e está a ser novamente ponderada a reabertura de alguns serviços de urgência, como sucede em Anadia e em Ovar.

Por isso mal se compreenderia que o Governo não fosse um pouco além no recuo político a que inteligentemente procedeu, e não reavaliasse os outros encerramentos, só mantendo aqueles que indiscutivelmente se justifiquem e que nenhum critério técnico ou social permite sustentar.

O caso do Hospital de S. José de Fafe é um bom exemplo do que se afirma.

Há mais de um ano a população dos concelhos de Fafe, Celorico de Basto e de Cabeceira de Basto, aguarda com inquietação o destino final que o Governo lhe reserva.

A ameaça de encerramento do Serviço de Urgência do Hospital de Fafe, baseava-se em critérios e razões discutíveis, em dados desactualizados reportados a 2005 e mesmo desajustados em relação ao número de doentes, se conjugarmos as urgências do hospital com as do centro de saúde locais (hospital: 98; centro de

saúde: 122= 220).

A própria viabilidade do Hospital de Guimarães estaria em causa.

Aliás, mesmo os deputados do Partido Socialista, liderados pelo Deputado António José Seguro, reconheceram, no início de 2007, que as urgências do Hospital de Fafe registavam então um aumento de 40%, assim desmentindo os falaciosos argumentos que sustentavam o encerramento desse serviço.

O Governo, esse não teve logo coragem de concretizar o encerramento e negociou com a autarquia local um protocolo que, aliás, ainda não cumpriu.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Os petiçãoários têm razão em desconfiar do Governo.

O Partido Socialista é um partido perigoso quando está no Governo.

Balança empurrado pelo vento e pela pressão dos protestos de rua.

Provoca insegurança nas populações.

Mantem indefinidos os seus propósitos políticos.

Está nas mãos dos subscritores desta Petição n.º 258/X, e dos portugueses em geral, impedir que o Governo cumpra os seus propósitos exclusivamente ditados por critérios economicistas; está nas suas mãos por termo a esta maioria socialista que fez da arrogância, da soberberia e do culto do mando os únicos valores que preza e pratica.

Nós, PSD, somos e seremos sempre pela reforma, mas nunca deixaremos de a fazer acompanhar de critérios de justiça, de bom senso e de humanidade.



Apreciação Parlamentar n.º 61/X

Senhor Presidente

Senhoras e senhores Deputados,

As reformas que visam a optimização dos recursos levando a que se produza mais e se gaste menos são essenciais. Mas as reformas que nada resolvem são reformas que não fazem falta.

E a forma como tem sido conduzida a extinção do INETI, é das que não fazem falta!

O que está a acontecer no INETI é bem o espelho da diferença entre a propaganda oficial e a realidade concreta.

Vejamos: O Ministro Mariano Gago propagandeia mais ciência mas promove o fim de inúmeras linhas de investigação que há anos decorriam no INETI!

O Ministro Pinho propagandeia uma economia assente em parcerias entre a investigação e a indústria mas promove o cancelamento de inúmeras parcerias que há décadas existiam entre o INETI e empresas!

A dupla tutela ministerial do INETI tem sido um dos seus principais problemas.

Não existe coordenação, não se sabe quem manda e pior que tudo isto, não se percebe para onde se pretende ir.

Nada que nos surpreenda tendo em conta o perfil político de ambos os Ministros que tutelam o INETI. O Ministro da Economia não existe, vive num país diferente do nosso e tem pouca autoridade pois tem decretado inúmeras vezes o fim da crise económica mas esta, infelizmente para todos nós, não lhe



tem obedecido e têm crescido mês após mês.

O Ministro da Ciência sempre que as coisas correm mal tem a capacidade de desaparecer e em vez de resolver os problemas espera que o tempo os leve ao esquecimento como o que anda a acontecer na Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Estoril.

Senhor Presidente,

As mudanças são sempre difíceis e não se fazem sem o envolvimento dos membros das organizações. No INETI existia por parte dos investigadores uma pré-disposição favorável à mudança. Existiam até propostas para a mesma. Estamos a falar de pessoas altamente qualificadas, com uma grande experiência de produzir ciência e de a replicar no ciclo produtivo das empresas. Cientistas de que o país precisa e que não pode desperdiçar. O que se tem feito no INETI é esquecer que as pessoas existem, que as linhas de investigação existem, que as parcerias com as empresas existem.

Decreta-se a extinção do INETI, distribuem-se as valências do INETI nos novos Institutos que se criaram, mas não se diz nada às pessoas! Nada se diz quanto aos projectos em curso!

Pior, o Governo esqueceu-se do Departamento de Tecnologia das Industrias Químicas que deveria transitar para o INRB mas este na sua orgânica não o contempla! Enfim uma incompetência que apenas surpreende quem andar distraído ...

Ao abrigo das disposições regimentais já questionamos o Governo sobre o futuro dos profissionais do INETI, das investigações em curso, dos edifícios, dos equipamentos existentes nos laboratórios e como se procederá relativamente aos novos projectos de investigação! Apesar de os prazos regimentais há muito terem terminado, até hoje, por ambos os Ministérios, nada foi respondido, nada foi esclarecido.

Senhor Presidente

O PSD não se pode rever numa não reforma que em nada contribui para a melhoria da investigação científica portuguesa e em nada contribui para a criação de valor da nossa indústria.

Disse.



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO HUGO VELOSA A.R., 8 de Maio de 2008

Senhor Presidente,
Senhor Primeiro-Ministro,
Senhores Membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

Vem o Grupo Parlamentar do PCP apresentar a sua moção de censura ao Governo, a que tem direito regimental, nesta sessão legislativa, com fundamento principal nas propostas de alteração do Código do Trabalho.

Indigna-se o PCP com a sucessão de promessas não cumpridas e de o PS fazer o contrário do que prometeu na Oposição.

É verdade.

O PS, na Oposição, diabolizou o actual Código do Trabalho e, na declaração de voto que apresentou (em Abril de 2003 nesta Assembleia da República) afirmou:

- A Proposta de Lei do Governo PSD/CDS-PP era conservadora e retrógrada;
- Reforçava os poderes dos empregadores;
- Acentuava a dependência dos trabalhadores;
- Não eram aceitáveis as regras de despedimento e de oposição à reintegração.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Perante tão feroz oposição, o Governo PS, no seu programa logo disse que ia rever o Código do Trabalho (já lá vão mais de 3 anos...).

No entender do Governo tal revisão justificava-se porque o Código do Trabalho de 2003:

- Desequilibrava as relações sociais no mundo do trabalho;
- Não respondia a alguns dos problemas fundamentais dos nossos dias;
- Representava um retrocesso nos direitos laborais.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Não se compreende que, perante isto e os ataques que o PS fez na Oposição, estejamos há mais de três anos à espera das propostas de revisão. Afinal parece que o Código em vigor não é assim tão mau...

Tem sido um caminho penoso.

O atraso na apresentação da Proposta nesta Assembleia da República é inaceitável e dificilmente explicável.



Os adiamentos têm sido sucessivos.

E há muitas coisas, incluídas no Programa do Governo sobre esta matéria que têm que ser explicadas:

1º -Prometeu o Governo que a revisão do Código do Trabalho se basearia nas propostas de alteração apresentadas na Assembleia da República em 2003.

Pergunto: onde estão elas? O que se passou? Esqueceram-nas?

2º -Prometeu também acabar progressivamente com a pobreza associada ao trabalho. É o que se vê...

As estatísticas e os Portugueses já perceberam que assim não é.

3º -Prometeu ainda reduzir as desigualdades sociais no mundo do trabalho.

Não é verdade. O que acontece é o contrário e veja-se o que se passa com o crescente fenómeno da precariedade.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Grupo Parlamentar do PSD já afirmou aqui nesta Assembleia que as propostas anunciadas, em geral, parecem ir no sentido certo e correcto.

No entanto, é bom que se diga que se trata de uma lei e só o articulado concreto nos permitirá saber o alcance objectivo das propostas de alteração ao

Código do Trabalho.

Temos que perguntar: O que vai ser discutido e votado no Parlamento, é aquilo de que se tem falado?

Hoje mesmo foi noticiado que o Ministro do Trabalho admitiu que a proposta apresentada pelo Governo venha a sofrer alterações, seja "aperfeiçoada" com o objectivo de se chegar a acordo com os parceiros sociais. Em que ficamos?

As hesitações do Governo demonstram claramente que tem receio da contestação social.

É que o PS esteve contra as regras de despedimento e de oposição à reintegração.

E agora parece que quer fazer o contrário:

- Flexibilização dos despedimentos quando antes estavam contra;
- Mais desprotecção dos trabalhadores, o que tanto criticaram no Código do Trabalho de 2003.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O PSD não faz nem vai fazer na Oposição aquilo que fez o PS.

O PSD vai ter uma atitude responsável na discussão da revisão do Código Laboral.

O PSD não faz nem vai fazer o que fez o PS, ou seja, apresentar propostas, assumi-las no Programa do Governo e esquecê-las depois.

O PS nesta como noutras matérias mudou de posição.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Governo pouco ou nada tem feito em matéria de precariedade, que nos últimos anos se tem tornado cada vez mais excessiva em relação à generalidade dos Países Europeus. O mesmo acontece em relação à informalidade do mercado de trabalho, que este Governo não tem combatido.

A isto não é indiferente a fraquíssima actividade inspectiva.

Por isso serão bem vindas normas que reforcem a negociação colectiva, os acordos de empresa e que combatam efectivamente a precariedade.

O mesmo se diga em relação a propostas em matéria de flexibilidade e de adaptabilidade.

Em matéria de despedimento e de não reintegração obrigatória, esperamos para ver! O Partido Socialista muda tantas vezes de posição...

E as medidas de penalização fiscal e falsos recibos verdes e de contratos a prazo, não resolvem o problema mas também vão no sentido positivo.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Recentemente o Senhor Ministro do Trabalho afirmou que os falsos recibos verdes poderiam ser criminalizados. Depois desmentiu.

Em que ficamos?

Em matéria de código laboral, as contradições, avanços, recuos e as promessas não cumpridas fazem com que tenhamos muitas dúvidas sobre o que efectivamente vai ser proposto à Assembleia da República.

Mas esperamos, responsabilmente, que o Parlamento possa fazer um trabalho positivo. Por isso é necessário que o PS e o Governo, ao contrário do que têm feito na generalidade das reformas, não inviabilizem os contributos que o PSD pretende dar nesta matéria.



Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Os Portugueses têm muitas razões para censurar o Governo.

Em matéria económica e financeira o Governo continua a usar a teimosia e a não dizer a verdade aos Portugueses.

Só alguns exemplos:

- Nas GOP apresentadas agora ao CES mantém o cenário macroeconómico de crescimento do PIB em 2008, de 2,2%, apesar do evidente abrandamento económico, o que já ninguém aceita (a Comissão Europeia, o BdP, o FMI, etc). O mesmo acontece em relação à inflação.

Outros exemplos – as situações de pobreza cada vez mais evidentes, num quadro de inflação e de aumento de preços preocupante.

- O aumento do endividamento das famílias e das empresas;

- O desemprego que se mantém em níveis muito elevados, sendo cada vez mais estrutural;

- O crescimento homólogo de apenas 1% da receita fiscal no 1º trimestre de 2008 – pior desempenho da receita fiscal desde 2003.

- A previsão da Comissão Europeia é de um crescimento do PIB em 2009 inferior ao de 2008, de uma diminuição substancial das exportações e também do investimento (entre 2008 e 2009) e sobretudo da interrupção da trajectória descendente do défice orçamental que poderá subir de 2,2% em 2008 para 2,6% em 2009.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Os Portugueses também têm razões para censurar o Governo porque, não adopta nem quer aceitar a necessidade de novas políticas económicas para responder à desaceleração da economia mundial.

Só dois exemplos:

- A não aceitação do exemplo espanhol e o chumbo permanente das

múltiplas propostas que o PSD tem feito, em matéria de PME's.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Em 2009 prevê a Comissão Europeia que Portugal será ultrapassado pela Eslováquia e Estónia em PIB per capita, ficando Portugal em 7º lugar a contar do País mais pobre da Europa a 27 (o honroso 21º lugar...).

Há fortes razões de política interna para que isto aconteça.

E é bom lembrar entre outras, a política fiscal asfixiante, os efeitos nulos do PRACE, as políticas sociais que atingem reformados, os mais desprotegidos e a classe média que vai definhando.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Em várias reformas o Governo quis avançar, sozinho, com a sua, maioria absoluta. Tem adoptado a política da "solução única". E é o que se vê...

Lembro só a título de exemplo a reforma do arrendamento (que não está a atingir nenhum dos seus

objectivos) e as novas Leis das Finanças Locais e Regionais. Naquela foi como sempre centralista e contra a autonomia do poder local. Nesta atacou acintosamente a RAM, discriminou-a em relação aos Açores e pôs em causa o sentimento de unidade nacional que devemos ter todos os portugueses.

Em relação à Lei do Arrendamento vem agora com um Programa para tentar salvar e lavar a face da sua teimosia em relação a uma má Lei.

Os portugueses e o PSD têm muitas razões para censurarem o Governo e só não votamos favoravelmente a Moção de censura por discordância em relação à generalidade dos fundamentos apresentados pelo PCP.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O PSD só espera que na revisão do Código Laboral o P.S. não tenha a mesma atitude de imposição da sua maioria absoluta, contra tudo, contra todos e sobretudo contra os Portugueses.

Disse.



Assunção Esteves

“O combate pelos direitos cabe em primeira linha à autoridade dos Estados e à sua diplomacia”

Na Mini-Sessão Plenária do Parlamento Europeu, a decorrer semana em Bruxelas, a Deputada do PSD Assunção Esteves participou no Debate sobre o Relatório Anual sobre a situação dos Direitos Humanos no Mundo.

Na sua intervenção, Assunção Esteves lembrou que “A pena de morte, a tortura, a fome são a barbárie que persiste neste mundo que em parte governamos. Mas as coisas só continuam assim se nós quisermos.”

Segundo a Deputada do PSD, a Europa do iluminismo, dos valores, da dignidade, “falha na coerência das suas políticas”. O Parlamento Europeu e o Conselho “nem sempre



têm sobre esta matéria exactamente as mesmas posições, mas só há um caminho e esse caminho é o da acção coerente das instituições europeias em todas as suas políticas internas e externas. Esperamos pelas virtualidades do novo serviço de acção externa no Tratado de Lisboa em matéria de direitos humanos.”

Assunção Esteves chamou a atenção para os “exemplos da nossa inquietação: os Estados Unidos têm pena de morte como a África; a China não tem apenas um Tibete, tem trabalho escravo, tortura, morte sumária.”

“É com estes exemplos que temos de confrontar a nossa falta de coerência. A Europa precisa de uma

política pró-activa de direitos humanos.”

Para a Deputada do PSD, a mobilização da sociedade civil é “importante, mas não devemos esquecer que o combate pelos direitos cabe, em primeira linha, à autoridade dos Estados e à sua diplomacia.”

De seguida salientou o papel de Sarkozy dizendo, “bem faz o Presidente francês que não estará presente nos Jogos Olímpicos de Pequim. Também os outros Chefes de Estado da União não deverão estar presentes. A União é uma unidade fundada nos valores.”

“Não chegam à Europa declarações e resoluções. A União Europeia não pode vender a alma. “

Reforma da PAC

O Conselho adopta oficialmente a reforma do sector do vinho que reforçará a competitividade do vinho europeu



O Conselho de Ministros adoptou hoje oficialmente uma vasta reforma da organização comum do mercado vitivinícola, que tinha já obtido, no passado mês de Dezembro, o acordo político dos ministros da agricultura. As mudanças introduzidas vêm equilibrar o mercado do vinho, pôr termo a medidas de intervenção no mercado inúteis e dispendiosas e permitir que o orçamento seja utilizado para medidas mais positivas e proactivas que reforcem a competitividade dos vinhos europeus.

A reforma prevê uma reestruturação rápida do sector vitivinícola, na medida em que inclui um regime voluntário de arranque de vinhas, com uma duração de três anos, destinado a oferecer uma alternativa aos produtores não concorrenciais e a retirar do mercado os excedentes e o vinho não competitivo. Os subsídios para a destilação de crise e a destilação em álcool de boca serão gradualmente abolidos e o dinheiro, atribuído no âmbito de envelopes nacionais, poderá ser utilizado para medidas como a promoção do vinho em mercados de países terceiros, a inovação, a reestruturação e a modernização de vinhas e caves.

A reforma assegurará a protecção do ambiente nas regiões vinícolas e a preservação de políticas de qualidade tradicionais existentes desde há muito e simplificará as regras de rotulagem, no interesse tanto dos produtores como dos consumidores. O regime extremamente restritivo de direitos de plantação será suprimido, ao nível da União Europeia, a partir de 1 de Janeiro de 2016. A Comissão Europeia dará agora início ao processo de adopção dos primeiros regulamentos de execução, para permitir que a reforma entre em vigor em 1 de Agosto de 2008.

“Podemos agora começar os últimos preparativos para que o novo sistema entre em vigor em Agosto. Em vez de desperdiçar dinheiro a tentar livrar-nos de excedentes indesejáveis, a reforma vai permitir que nos concentremos na resposta a dar aos nossos concorrentes e reconquistar partes de mercado. Espero que os Estados Membros utilizem da melhor forma os novos instrumentos disponíveis”, afirmou Mariann Fischer Boel, Comissária responsável pela agricultura e pelo desenvolvimento rural.

Principais elementos da OCM do vinho revista

Dotações financeiras nacionais: permitirão aos Estados-Membros adaptar medidas à sua situação específica. Entre as medidas possíveis contam-se a promoção em países terceiros, a reestruturação/reconversão das vinhas, os investimentos na modernização da cadeia de produção e na inovação, o apoio à

colheita em verde, novas medidas de gestão da crise e um apoio dissociado simples.

Medidas de desenvolvimento rural: será transferido dinheiro para medidas de desenvolvimento rural, reservadas para regiões vitivinícolas. As medidas poderão incluir a instalação de jovens agricultores, o melhoramento da comercialização, a formação profissional, o apoio às organizações de produtores, o apoio para cobrir as despesas suplementares e as perdas de rendimentos decorrentes da manutenção de paisagens e a reforma antecipada.

Direitos de plantação: estes direitos deverão ser abolidos até 2015, sendo possível prorrogá-los a nível nacional até 2018.

Abolição progressiva de regimes de destilação: a destilação de crise será limitada a quatro anos, à discrição dos Estados-Membros, até ao fim de 2011/

2012, e as despesas correspondentes serão limitadas a 20% da dotação financeira nacional no primeiro ano, 15% no segundo ano, 10% no terceiro ano e 5% no quarto ano. A destilação em álcool de boca será progressivamente suprimida ao longo de quatro anos, com um pagamento não dissociado durante o período transitório, sendo substituída pelo pagamento único por exploração, dissociado. Os Estados Membros poderão optar por exigir a destilação de subprodutos, financiada pela dotação nacional, mas a um nível significativamente inferior ao actual, cobrindo os custos da colheita e da transformação dos subprodutos.

Introdução do pagamento único por exploração: pagamento único por exploração, dissociado, a distribuir a produtores de vinho à discrição dos Estados Membros e a todos os produtores que arranquem as suas vinhas.

Arranque: um regime voluntário de arranque, de três anos, para uma superfície total de 175 000 hectares, com um nível de prémio degressivo ao longo dos três anos. Um Estado-Membro pode suspender o arranque se a superfície atingir mais de 8% da sua superfície vitícola total ou 10% da superfície total de uma região. A Comissão pode suspender o arranque se a superfície atingir 15% da superfície vitícola total de um Estado-Membro. Os Estados-Membros podem igualmente excluir o arranque em montanhas ou em terrenos muito declivosos, bem como por razões ambientais.

Práticas enológicas: a responsabilidade pela aprovação de novas práticas enológicas ou alteração das existentes será transferida para a Comissão, que avaliará as práticas enológicas aceites pela Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) e as incorporará na lista das práticas aceites pela União.

Melhores regras de rotulagem: o conceito de vinhos de qualidade da UE assentará nas indicações geográficas protegidas e nas denominações de origem protegidas. Serão preservadas políticas de qualidade nacionais estabelecidas desde há muito. A rotulagem será mais simples e, por exemplo, permitirá que os vinhos da UE sem indicações geográficas indiquem no rótulo a casta e o ano de colheita. Certos termos tradicionais e formas de garrafa podem continuar a ser protegidos.

Chaptalização: esta prática continuará a ser autorizada, mas os níveis máximos de enriquecimento com açúcar ou mosto serão reduzidos. Em caso de condições climáticas excepcionais, os Estados-Membros podem solicitar à Comissão que aumente o nível de enriquecimento.

Ajudas à utilização de mostos: a ajuda aos mostos pode ser paga na sua forma actual durante quatro anos. Após este período transitório, as despesas correspondentes podem ser convertidas em pagamentos dissociados aos viticultores. – *Do nosso correspondente, Marques Duarte*

Vales de Excelência

Ricardo Rio (*)

Em anteriores artigos publicados neste espaço tenho frisado a importância de o desenvolvimento das regiões dispor de uma linha de orientação estratégica que tenha sido previamente discutida e validada por todos os parceiros institucionais desse território e que a mesma sustente as opções de investimento e as prioridades de intervenção de cada uma das esferas decisórias regionais.

De igual forma, há muito defendo que a coesão do território nacional e a capacidade de promover um crescimento sustentado do mesmo passa por ter vários pólos de desenvolvimento de menor dimensão, que, por sua vez, agreguem as micro-economias locais em projectos comuns.

Em tese, são também estas ideias caras ao actual QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional, quando este condiciona a atribuição de apoios e confere maior prioridade aos projectos de cariz supra-municipal, desde que assentes em linhas estratégicas que constem dos documentos elaborados para cada um dos sub-territórios.

Foi assim que surgiu o estudo “Norte 2015” para o conjunto da Região Norte e que vêm agora sendo trazidos a público os vários estudos sub-regionais que, também sob patrocínio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e do Programa Operacional da Região Norte (ON) do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, estão a ser elaborados para as diferentes NUTS-3.

No caso do Minho-Lima coube ao CEVAL – Conselho Empresarial dos Vales do Lima e Minho ser a entidade promotora do Projecto “CID - Competitividade, Inovação e Desenvolvimento no Minho-Lima”, cujo estudo final foi também recentemente apresentado.

Este Projecto tinha como grandes objectivos “a dinamização do empreendedorismo na região, a dinamização da cooperação entre os sectores de actividade de maior potencial e a valorização dos produtos regionais”.

Para este efeito, o estudo baseou-se em vários documentos previamente elaborados o que lhe permitiu orientar esta análise estratégica prospectiva para três sectores de actividade em que se crê que este território tenha uma competitividade acrescida: o sector Agro-Alimentar, a Metalomecânica Ligeira e as Energias Renováveis.

A selecção destes sectores e a inerente definição das oportunidades de investimento bem como das parcerias regionais que as devem suportar seguiu a linha de orientação do já referido estudo Norte 2015 de que esta escolha para cada território específico deveria ser efectuada com base no seu potencial endógeno.

Neste caso, verificou-se que a Região do Minho-Lima, composta pelos Concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, apresenta como uma das suas principais mais-valias a localização contígua, a Sul, com a Região do Cávado e, a Norte, com a Galiza – Espanha.

De notar que, para muitos dos concelhos referidos, algumas das principais cidades da Galiza se encontram mais próximas e acessíveis do que outros concelhos de referência do Norte de Portugal, sendo estas fronteiras das mais utilizadas por veículos ligeiros e por transporte de pesados no conjunto do País.

Ainda em termos diagnósticos, este território beneficia de infra-estruturas como o Porto de Viana ou um leque alargado de Parques Empresariais e Centros de Investigação e Incubação de Empresas, mas ostenta uma baixa qualificação da população local face à média do País, o que se acaba por reflectir nos níveis de produto, produtividade e salários.

Pese embora disponha de um nível significativo de jovens no conjunto da população, a verdade é que há concelhos em que a população idosa já assume pesos consideráveis, penalizando a capacidade empreendedora.

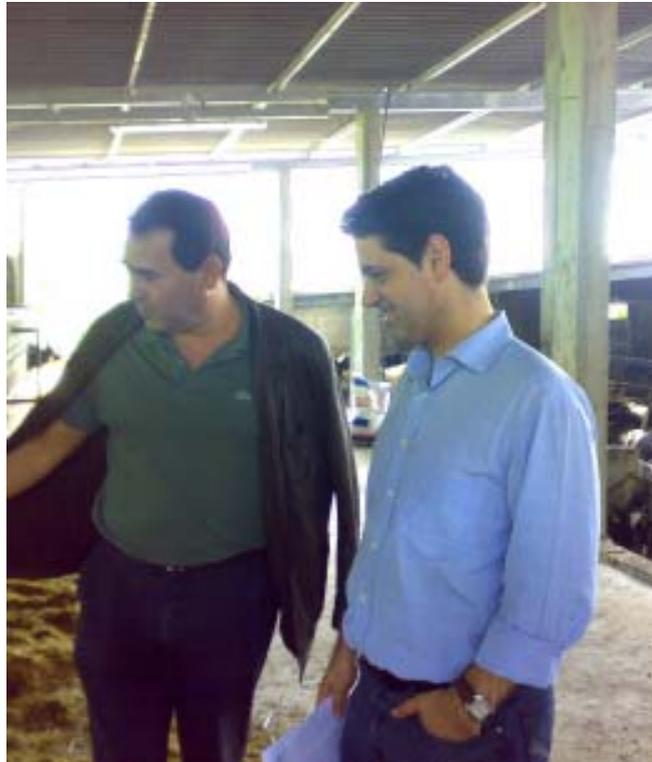
Recentemente, num estudo realizado pela consultora Augusto Mateus & Associados sobre a competitividade das regiões portuguesas, a região Minho-Lima aparecia como umas das regiões com um desempenho mais baixo, com um índice do grau de convergência para a União Europeia em tudo semelhante às regiões do interior do País.

Daí que o Projecto CID aponte o caminho para a construção de verdadeiros Vales de Excelência nas zonas envolventes dos Rios Minho e Lima. Uma Excelência que, segundo este estudo, passará por: “Uma agricultura biológica, com produção animal, e com valores “regionais”; Uma Natureza despoluída; Uma produção e promoção de produtos regionais; Um Turismo centrado na Natureza, gastronomia e etnografia; Uma produção de energia amiga do ambiente; Uma eficiência energética nas empresas; Uma gestão de Excelência nas empresas, em que se promova a qualidade, as competências pessoais e profissionais, a produtividade e o trabalho em rede”.

Como elemento aglutinador, este Projecto avança com a marca “Minho-Verde”, enquanto imagem capaz de retratar a identidade da região, não “apenas os aspectos relacionados com o ambiente e a ecologia, mas essencialmente os aspectos relacionados com a Excelência na gestão, na produtividade e na partilha de recursos”.

Para a criação desta marca regional e a sustentação de um pólo de competitividade nestes ditos Vales de Excelência, a afirmação dos três sectores seleccionados passará obrigatoriamente pelo reforço da formação profissional, pela melhoria da gestão, pelo aumento da produtividade, por um melhor ordenamento do território, pela promoção turística, pelo estímulo à cooperação e pela clusterização.

Mas, afinal, não é este o caminho para o desenvolvimento de qualquer território? – (*)
Ricardo Rio, Economista, Presidente da CPS/PSD-Braga



Notícias de Aveiro

Inscrições para «Oficina de Defesa Pessoal Feminina» até dia 16 de Maio

A Câmara Municipal de Aveiro abriu as inscrições para a Oficina de Defesa Pessoal Feminina até dia 16 de Maio, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro

A Oficina de Defesa Pessoal Feminina, organizada pela Autarquia, vai realizar-se aos Sábados, de 31 de Maio a 21 de Junho, das 16.30 às 19.30 horas, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro.

As inscrições, limitadas a 16 participantes e no valor de 25 euros, podem ser efectuadas até 16 de Maio, na Casa Municipal da Juventude de Aveiro, de Segunda a Sexta-feira, das 9.30 às 18.00 horas.

A cargo de Nuno Rocha, a formação tem como objectivos demonstrar técnicas de Defesa Pessoal específicas de agressões a mulheres; revelar soluções e reacções correctas, práticas e eficazes perante situações de perigo, apresentar formas de reagir correctamente face a agressões e aumentar os níveis de confiança e segurança dos participantes.

Para obter mais informações pode dirigir-se à Casa Municipal da Juventude de Aveiro, na Rua Eng.º Silvério P. Silva, 3800-175 Aveiro, ou contactar através do número de telefone 234 406 522, ou fax 234 406 524 ou ainda, através do e-mail cmjuventude@cm-aveiro.pt.

Aprovação da Candidatura do projecto EcoSal Atlantis

Foi aprovada por unanimidade em Reunião Privada a Candidatura do projecto EcoSal Atlantis ao programa Interreg IVB | Espaço Atlântico.

No âmbito deste projecto a Câmara Municipal de Aveiro, para além do envolvimento nas diversas acções do projecto, terá a coordenação de quatro delas, uma das quais, em partilha com o Ecomuséu do Daviaud, França, facto que tem implícita uma maior contribuição e, em paralelo, uma maior participação no decurso e nos resultados pretendidos com o projecto.

As acções pelas quais é responsável são o Inventário Patrimonial: elaboração dos documentos de registo e acompanhamento do levantamento sistemático e inserção em base de dados dos bens patrimoniais associados à actividade salícola; Gestão Patrimonial e Museológica: partindo dos elementos/informações recolhidos, pretende-se definir estratégias de actuação concertada entre os vários sítios no sentido de criar medidas de gestão que potenciem o valor patrimonial dos sítios e garantam



a sua articulação e complementaridade aportando mais-valias para o conjunto dos parceiros e para cada território. Será, em simultâneo, um instrumento de trabalho de gestão do território.

Ainda da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro e integrado nas acções serão desenvolvidas boas práticas de produção orientadas ao turismo: realização de acções de formação destinadas aos produtores de sal contemplando noções de salicultura associada ao património, ambiente, novos produtos e à captação de novos públicos e consumidores; e, por fim, as Jornadas Técnicas patrimoniais: formação para técnicos de entidades que tutelam o património cultural com ligação à salicultura [museus, instituições culturais, associações, municípios...].

Em caso de aprovação, o projecto terá com uma duração de trinta e seis meses estendendo-se entre final do presente ano e 2011 usufruindo de uma comparticipação de fundos comunitários em cerca de 65% do orçamento.

A candidatura está a ser efectuada ao programa Interreg IVB | Espaço Atlântico com o projecto cujo acrónimo é EcoSal Atlantis e que se inscreve na prioridade 4 | Desenvolvimento Urbano e Regional e no objectivo 4.3 | conservar e valorizar o património cultural atlântico de interesse transnacional.

A referida solicitação pretende ser uma continuidade do anterior projecto Sal do Atlântico | Interreg IIIB de que a Autarquia foi parceira e no qual se lançaram as bases de trabalho em rede em prol da valorização da produção do sal tradicional, numa perspectiva económica, ambiental e patrimonial. Ciente da sua relevância e das mais-valias provenientes do trabalho em parceria, a Edilidade havia já

deliberado, por unanimidade, em Reunião de Câmara de 5 de Novembro de 2007, a sua participação em novo projecto.

O projecto em questão inclui parceiros de Portugal, Espanha e França, na sua maioria provenientes do anterior projecto e terá como Chefe-de-File a Diputación Foral de Alava, País Basco, Espanha. Está organizado em cinco acções principais compostas por diversas actividades.

Seminário «Metro Ligeiro de Aveiro» suscita debate sobre Transportes Públicos

A Câmara Municipal de Aveiro apresentou o Seminário «Metro Ligeiro de Aveiro – que repercussões na Economia, no Ambiente e na Mobilidade o justificam?» que se irá realizar no dia 9 de Maio, no Auditório da Assembleia Municipal (edifício da Antiga Capitania). Estavam inscritas mais de 80 pessoas.

Segundo o Vereador da Mobilidade, Miguel Capão Filipe, o Seminário «foi um momento único em Aveiro onde se debateram as questões relacionadas com a mobilidade e transportes na região». O edil reforçou a importância deste tipo de eventos que suscitam «uma nova visão de futuro para Aveiro».

Organizado pela Câmara

política integrada de Mobilidade.

O Município de Aveiro pretende ainda contribuir com um debate cujas intervenções e conclusões enriqueçam a «Política de Cidades, Mobilidade e Transportes». O desenvolvimento de Aveiro e o facto do dinamismo da região aveirense requererem uma reflexão sobre os meios de transportes mais capacitados para responder aos desafios da modernidade, que sejam atractivos para as populações e que contribuam para preservar a identidade das nossas cidades, são outros dos motivos para a realização do seminário.

Os oradores, especialistas na matéria, apresentaram alguns exemplos de sucesso na aplicação deste meio de transporte público – metro –, bem como debateram e analisaram as vantagens da sua implementação na região de Aveiro.

O projecto do metro de superfície de Aveiro, «muito semelhante ao de Coimbra», segundo Arminda Soares do gabinete de mobilidade da autarquia, começou a ser estudado em 1995, por iniciativa de um dos executivos do CDS.

Viria a ser concluído em 1997, quando era presidente da Câmara o centrista Celso Santos, mas a derrota deste nas autárquicas de 1999 para o socialista Alberto Souto, levou a que o projecto não tivesse novos desenvolvimentos nos oito anos de gestão do PS.

«O PS fez um intervalo, mas a questão do metro torna-se pertinente e o futuro veio-nos dar razão. Este projecto nunca devia ter sido colocado de lado porque as questões ambientais e de mobilidade são essenciais para a qualidade de vida», sustentou Capão Filipe.

Para o autarca, o projecto faz todo o sentido, apesar de Aveiro não registar ainda estrangulamentos acentuados nos seus acessos.

«Somos uma cidade média, mas não podemos ter atitudes paliativas, mas sim preventivas, pelo que, se queremos prosseguir com a qualidade de vida que nos é reconhecida, temos de ter transportes públicos competitivos ao automóvel», defendeu.

Casa histórica renasce em Aveiro

Após meticolosas obras de restauro, a centenária casa mandada construir por Mário Belmonte Pessoa, junto ao jardim do Rossio, em Aveiro, readquiriu o esplendor que a tornou,



Municipal de Aveiro, no Seminário subordinado ao tema Metro Ligeiro de Superfície foi fomentada a reflexão sobre a possibilidade deste meio constituir uma solução de transporte público a considerar, não só em razão da oportunidade da sua rentabilização sócio-económica, mas atendendo a eventuais benefícios ambientais e contextualizada no plano de uma

na opinião de diversos estudiosos, “um dos exemplos mais expressivos” da arquitectura arte nova no edificado da cidade da ria, que, como está à vista em outros casos, não permaneceu à margem das influências daquela corrente artística que floresceu entre os finais do século XIX e o princípio do século XX, no período conhecido ainda hoje como a Belle Époque.

Adquirida pelo município local em 2004, já em estado avançado de degradação, aos herdeiros do Major Pessoa, nome pelo qual a casa é conhecida entre os aveirenses, foi alvo durante três anos de profundos trabalhos de reabilitação, adaptação e restauro, estando agora a ser preparada a sua abertura como pólo museológico e posterior inauguração, no Outono, num investimento de 1,5 milhões de euros.

Mário Sarabando Dias elaborou o projecto mas apressa-se a homenagear aquele a quem atribui a autoria do desenho da construção original (1904/1909), que foi o “mestre” Francisco Augusto da Silva Rocha.

“Não há nenhuma razão fundamentada para dizer que há outros autores”, afirma em declarações ao DN gente, contrariando quem dividiu tais responsabilidades com o afamado suíço Ernesto Korrodi, que viria a radicar-se em Portugal, país onde deixou inúmeras obras.

A carreira deste arquitecto aveirense de 54 anos pertencente aos quadros da câmara local esteve sempre muito ligada à reabilitação urbana de zonas antigas.

Integrou em 1985 o pioneiro Gabinete Técnico Local (GTL) da autarquia aveirense. Num tempo em que se demoliam edifícios notáveis “num piscar de olhos”, Sarabando Dias implementou as primeiras medidas de salvaguarda do património urbano na cidade.

Posteriormente surgiu a classificação, pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (Ippar), da Casa Major Pessoa, entre outros exemplares de inegável interesse.

No livro O Mistério da Casa Pessoa, do qual é autor, Mário Sarabando Dias lembra que começou

a fazer as suas pesquisas sobre o emblemático edifício com vista para a ria, “muito antes de sonhar” que lhe caberia a si a responsabilidade técnica pela reabilitação, anos mais tarde, numa intervenção pública que só terá paralelo localmente com a reconstrução do antigo edifício da Capitania do Porto de Aveiro, junto ao canal central, também da autoria de Silva Rocha.

Numa visita guiada pela Casa Major Pessoa, que surpreende logo pela decoração da cantaria e ferraria da fachada, o arquitecto Mário Sarabando Dias deixa-se levar pelo “fascínio” que sente pela obra que considera “um projecto muito elaborado e erudito”.

No rés-de-chão, despojado do mobiliário original, entregue aos antigos proprietários, sobressaem as portas restauradas e os painéis de azulejos.

Esta é, de resto, uma marca muito característica da arte nova aveirense, com assinatura de reputados ceramistas locais, como Carlos Branco e Licínio Pinto, da fábrica Fonte Nova, e de Jorge Colaço, num conjunto que “se expõe a si mesmo” para gáudio de quem ali usufruir do futuro salão de chá.

O pátio das traseiras, orientado para a Praça do Peixe, no centro da cidade de Aveiro, permite ao forasteiro descobrir outra fachada não de menor primor artístico e uma requintada calçada portuguesa, totalmente recuperada.

De volta ao interior da mansão, o acesso superior do visitante é feito por uma escada em caracol de ferro trabalhado.

E é no primeiro andar que reside um dos segredos desta casa.

Construída originalmente em 1904 a pedido de Mário Belmonte Pessoa, quando se casou pela segunda vez, viria a ser ampliada três anos depois numa operação de engenharia civil pouco habitual para a época.

As fachadas foram parcialmente desmontadas, pedra por pedra, para comportarem o novo piso intermédio e depois, remontada a parte correspondente ao telhado, em cima da



parte nova, ajustando-se tudo a pormenor.

Maravilhou-me tudo isto ter acontecido no princípio do século XX em respeito total pela obra feita anteriormente”, confessa Mário Sarabando Dias.

O sótão, agora unido ao segundo andar, com mais pé-direito, foi por si concebido para acolher eventos e exposições.

A relação criada entre “o autor” Silva Rocha e “o empreendedor” Mário Belmonte Pessoa resultou, assim, “na mais brilhante e mais expressiva das experiências modernistas concretizadas no princípio do século passado em Aveiro” onde subsistem vários outros exemplares inspirados na arte nova.

O dono da casa era pessoa afortunada e cosmopolita que dividia o seu tempo por Aveiro, São Tomé e Príncipe, Paris e Suíça, trazendo das viagens que fazia frequentemente por diversos países influências culturais e gostos artísticos.

Farmacêutico com negócios de café e cacau, ostentava um título que remete para carreira militar interrompida ou às suas actividades nas roças de São Tomé.

Mário Sarabando Dias prepara novas revelações

Para além do talento técnico que deixou marcas no edifício, Silva Rocha deixou inscritas imagens e geometrias simbólicas, sobretudo nas fachadas, só parcialmente desvendadas.

No topo da casa está uma ave de rapina em pedra, provavelmente uma águia-sapeira muito comum na ria, a agarrar um peixe em cima de uma carapaça de tartaruga, elementos que têm associadas cargas esotéricas. “Os segredos e mistérios da Casa Major Pessoa não acabam aqui”, lê-se nas derradeiras páginas da primeira parte da investigação feita pelo arquitecto Mário Sarabando Dias.

A Praia de São Jacinto ganhou mais uma vez a

Bandeira Azul

A Praia de São Jacinto ganhou mais uma vez a Bandeira Azul da Europa. A candidatura da praia foi apresentada pela Câmara Municipal de Aveiro e recebeu mais uma vez o principal galardão atribuído pela Associação Bandeira Azul da Europa.

A Campanha da Bandeira Azul da Europa iniciou-se à escala europeia, em 1987, integrada no programa do ano Europeu do Ambiente. Esta iniciativa da FEE, com o apoio da Comissão Europeia, tem como objectivo elevar o grau de consciencialização dos cidadãos, em geral, e dos decisores, em particular, para a necessidade de se proteger o ambiente marinho e costeiro e incentivar a realização de acções conducentes à resolução dos problemas aí existentes.

A Campanha apresenta três vertentes:

1. praias,
2. portos de recreio
3. e embarcações de recreio,

tendo como instrumento o galardão Bandeira Azul da Europa. O galardão é atribuído anualmente às praias e portos de recreio que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes, de informação e sensibilização ambiental.

A nível internacional, a Bandeira Azul da Europa é reconhecida como eco-label, designadamente pela Comissão Europeia e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente, estando em curso negociações para a sua adopção por países de outros continentes. A estrutura de funcionamento da Campanha em Portugal, assim como o seu processo de decisão, assenta na colaboração entre entidades públicas e privadas com responsabilidades ou interesses nas praias.

Festas do Município

De 9 a 18 de Maio, estão a decorrer as tradicionais Festas do Município, com a realização de diversas actividades, em vários espaços da cidade, de forma a assinalar o Feriado



Municipal de 12 de Maio.

Para estes dias, as Festas do Município apresentam várias actividades: conferências, exposições, Campeonato Inter Escolas de Xadrez, Feira de Artesanato, Site Specific, Mostra Arte Jovem, Regata Santa Joana Princesa, Noite dos Museus, entre outras acções.

De salientar que as comemorações do Feriado Municipal – 12 de Maio, sofreram algumas alterações em relação aos anteriores anos. Assim, no dia 11 realizaram-se a Gala das Festas do Município e a Sessão Solene da Entrega das Distinções Honoríficas, no Teatro Aveirense. No dia 12, Feriado Municipal, houve o Hastear da Bandeira nos Paços do Concelho, seguida de Missa Solene, na Igreja da Misericórdia, e à tarde, às 16.30 horas, a Procissão Santa Joana, que seguiu o percurso habitual.

Museu da cidade reproduz material “Arte Nova”

A mostra «Arte Nova e os Aveirenses» que consiste na reprodução de materiais relacionados com a Arte Nova, é uma iniciativa do Museu da Cidade de Aveiro, que pretende reunir diferentes objectos para integrar a primeira exposição temporária do Museu Arte Nova. De salientar que os objectos serão devolvidos às entidades e/ou pessoas que os emprestem visto que a exposição será composta por reproduções de plantas e documentação.

O Museu da Cidade de Aveiro convida todos os aveirenses a participarem activamente na preparação da primeira exposição temporária do Museu Arte Nova a inaugurar com o Museu.

Assim, o Museu da Cidade de Aveiro aceita livros, fotografias, plantas ou jornais antigos sobre Arte Nova, para serem reproduzidos de forma enriquecer a informação disponível no centro documental. Por outro lado, se houver objectos originais de Arte Nova (mobiliário, porcelanas, vidros, candeiros, joalheria, etc) que possam ser partilhados através de empréstimo, o Museu também recolhe este material.

De salientar que a abertura permanente ao público do Museu Arte Nova, pólo temático especializado do Museu da Cidade de Aveiro, aproxima-se. Até ao momento a participação da comunidade no processo tem sido um dos objectivos do Museu e as várias solicitações para efectuar visitas guiadas ao património Arte Nova edificado e ao edifício que se prepara para albergar o Museu têm sido recorrentes, expressando bem o interesse e o carinho da cidade pela temática.

Os interessados em participar na acção A Arte Nova e os Aveirenses devem contactar o Museu da Cidade de Aveiro, na Rua João Mendonça, n.º 9-11, Telefone 234 406 485, Fax 234 406 307 ou ainda endereço electrónico museucidade@cm-aveiro.pt. – Fonte: Gab. Imp. C.M- Aveiro, fotos Arquivo Povo Livre

Notícias de Braga

CPS evoca aniversário do Partido

A Comissão Política da Secção de Braga do PSD evocou ontem o aniversário do Partido que se assinala a cada dia 6 de Maio com um jantar de homenagem aos fundadores da Secção em que marcaram presença alguns históricos da luta pela implantação do PSD no Concelho de Braga nos difíceis tempos pós-revolucionários como Pedro Moreira, Guilherme Pereira, Dinis Figueiredo, Aureliano Fernandes, João Carlos Martins (Presidente de Junta de Fradelos), João Maria Ramos, João Mendes e Araújo Pereira, entre outros.

Para o Presidente do PSD de Braga, Ricardo Rio, “de quando em vez, devemos reflectir sobre o passado e olhar para a história do Partido a que nos orgulhamos de pertencer”. E, nada melhor do que, trinta e quatro anos volvidos, homenagear aqueles que o fundaram e tudo deram para que o Partido se tornasse numa das principais referências da democracia portuguesa. “Enquanto Presidente do PSD de Braga é um orgulho partilhar estes momentos com militantes tão ilustres, a quem expresseo o profundo reconhecimento de toda a Secção do Partido”.

De acordo com Ricardo Rio, “num momento tão importante para esta estrutura local do PSD -, que é a caminhada rumo às eleições de 2009 -, importa trazer para o nosso seio os que estiveram na origem da construção de um projecto político que já muito deu ao País e ao Concelho e que, ano após ano, sempre pugnou pela melhoria da qualidade de vida dos bracarenses”, na expectativa de assistirem ao sucesso do PSD na gestão do Município de Braga. Para Ricardo Rio, tal desiderato perfila-se hoje no horizonte com elevada clareza,



reafirmando que o Partido em Braga está unido, disponível e mobilizado para os próximos combates políticos, seja contra quem for, por Braga e com os Bracarenses.

Embora com diferentes percursos e graus de envolvimento actuais na vida partidária, esta mensagem de satisfação pelo vigor da Secção de Braga e de confiança no futuro perpassou pelas intervenções da generalidade dos presentes, tendo sido proposto à Comissão Política a constituição de uma Comissão responsável pela elaboração e lançamento de um livro sobre a história do PSD no Concelho de Braga nos seus 35 anos de existência, a editar em Maio de 2009, ideia que mereceu adesão imediata dos responsáveis Concelhos do Partido.

Ricardo Rio encerrou a efeméride referindo que, “para além da perspectiva de aproximação da meta da conquista da Câmara Municipal de Braga, este será também o ano de

reabertura da Sede Concelhia do PSD, onde, com o esforço de todos, preservámos a memória do espaço onde se fez história, e dotámos de muito melhores condições de trabalho as gerações vindouras de Social Democratas Bracarenses”.

Para a reabertura da Sede será preparada uma Exposição de Fotografias sobre os 35 anos do PSD, após a sugestão formulada por Guilherme Pereira, um dos mentores da aquisição da actual Sede Concelhia.

A Comissão Política do PSD de Braga PSD propõe «Observatório dos Recreios Escolares»

Os Vereadores da Oposição (PSD/ CDS) na Câmara Municipal de Braga submetem à reunião do Executivo Municipal da próxima Quinta-feira, 15 de Maio, a proposta de criação de um Observatório dos Recreios Escolares de Braga, cujo teor e fundamentação podem conhecer no documento anexo.

PROPOSTA

Considerando que:

- i) É hoje unanimemente aceite que a prática de actividade física regular é benéfica para a saúde e se assume como um contributo para a adopção de hábitos de vida saudáveis por todos os cidadãos;
- ii) A possibilidade de realização de actividades lúdicas e desportivas adequadas nos espaços dos recreios escolares pode estimular os jovens para a prática desportiva e assim contribuir para a prevenção das situações de obesidade infantil que tanta expressão têm conquistado no seio da população



mais jovem de Portugal;

iii) Mais ainda, identificam-se benefícios de uma correcta estruturação do espaço de recreio escolar que se traduzem, entre outras vertentes, na melhoria das capacidades motoras dos jovens e na dissuasão de actos de violência em meio escolar, cuja proliferação tem tão significativamente preocupado os responsáveis do sector e a sociedade em geral;

iv) É da responsabilidade da Câmara Municipal de Braga estruturar o parque escolar de forma a acautelar as melhores condições para o processo de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e social dos jovens bracarenses, nomeadamente ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico, domínio em que merece particular relevo a concepção e/ou adaptação dos espaços de recreio escolar às necessidades específicas desta franja da população;

v) O IEC – Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho dispõe de vários investigadores que têm desenvolvido um vasto e reconhecido trabalho de reflexão sobre a problemática dos recreios escolares e a sua interacção com as diversas

questões antes referidas;

submete-se à apreciação do Executivo da Câmara Municipal de Braga, reunido em sessão ordinária, a 15 de Maio de 2008, as seguintes propostas tendentes à monitorização e melhoria dos Recreios do Parque Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Braga:

1) A Câmara Municipal de Braga deve proceder de imediato à criação de um Observatório dos Recreios Escolares de Braga, cujo núcleo executivo deve agregar um representante do Pelouro da Educação da Autarquia, um elemento indicado pelo IEC – Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho e um elemento indicado pela DREN - Direcção Regional de Educação do Norte;

2) O Observatório poderá posteriormente formalizar convites à participação de outras individualidades e instituições que, por força do seu envolvimento particular no processo educativo, possam aportar um contributo importante para o desenvolvimento da sua missão;

3) Caberá, no imediato, ao Observatório dos Recreios Escolares

de Braga:

a. Elaborar um guião de Boas Práticas na concepção dos Recreios Escolares que elenque o conjunto de requisitos (dimensões, equipamentos e outras características técnicas) que os mesmos devem possuir para poderem desempenhar em pleno o seu papel nas vertentes antes explicitadas, a submeter ao Executivo Municipal de Braga, até 30 de Outubro de 2008;

b. Proceder a um diagnóstico exaustivo das actuais condições do Parque Escolar das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho, no que concerne aos seus recreios escolares, à luz do Guião de Boas Práticas supracitado, que deve estar concluído até 31 de Janeiro de 2009;

c. Definir prioridades de intervenção para as medidas correctivas nas Escolas existentes, ponderadas pela dimensão da população estudantil abrangida e pela desadequação dos espaços actuais, a submeter ao Executivo Municipal até 28 de Fevereiro de 2009;

d. Validar o cumprimento dos requisitos-tipo constantes do Guião de Boas Práticas nos projectos dos novos Centros Escolares que a Autarquia irá

construir, em linha com as orientações da Carta Educativa em vigor;

e. Elaborar Relatórios Semestrais de avaliação do grau de cumprimento das suas recomendações por parte da Câmara Municipal de Braga, em que deverá constar a actualização do diagnóstico efectuado até Janeiro de 2009.

4) O Observatório dos Recreios Escolares de Braga poderá alargar o âmbito da sua actividade para o Parque Escolar do Concelho de outros níveis de ensino ou para a avaliação das condições de funcionamento dos Recreios Infantís, públicos ou privados, assim receba tal orientação do Executivo Municipal e desde que tal alargamento não ponha em causa os prazos e natureza das funções que lhe são cometidas pela presente proposta.

5) Todos os documentos que venham a ser elaborados pelo Observatório devem ser publicamente difundidos através do portal da Câmara Municipal de Braga.

- Os Vereadores Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo, Américo Afonso e Miguel Brito

Notícias de Cascais

Ricardo Baptista Leite ganhou as eleições para a CPS do PSD

O médico Ricardo Baptista Leite, de 27 anos, ganhou sexta-feira da semana passada, as eleições antecipadas para a comissão política de Cascais do PSD, depois de ter encabeçado a única lista concorrente.

A candidatura do deputado da Assembleia Municipal de Cascais e da Assembleia Metropolitana de Lisboa desde 2005 foi apoiada pelo presidente da autarquia e antigo presidente da mesa da assembleia social-democrata concelhia, António Capucho, bem como pelo vice-presidente municipal e líder da distrital lisboeta do partido, Carlos Carreiras.

Em declarações à Lusa, Ricardo Baptista Leite explicou que o seu programa pretende iniciar em Cascais uma mudança do “paradigma da forma de fazer política”, através de uma nova dinâmica interna que incentive a actividade partidária dos militantes e permita preparar o projecto para as autárquicas de 2009.

O médico e assistente convidado na Universidade Nova de Lisboa pretende também que o partido continue o “excelente” trabalho do executivo de António Capucho, apostando na qualidade de vida dos municípios e numa política de desenvolvimento sustentável, com especial incidência no

turismo, na saúde, no ambiente e na constituição de novos pólos de conhecimento no município.

Para Carlos Carreiras, a eleição da lista de Ricardo Leite traduz a vontade de “renovação” dos sociais-democratas numa perspectiva de “continuidade”, sem abandonar a actual linha de actuação.

“É uma pessoa respeitada em Cascais pela sua participação e actividade política e como pessoa e cidadão”, disse à Lusa o autarca, acrescentando que a existência de uma única lista evidencia o reconhecimento de que o candidato apresentava “a melhor solução”.

Ricardo Baptista Leite irá agora suceder a Pedro Campilho, que ocupará as antigas funções de António Capucho como presidente da mesa da assembleia do PSD Cascais.

Segundo informou o partido, a antecipação das eleições ficou a dever-se à vontade de “preparar adequada e atempadamente” os processos eleitorais autárquicos, legislativos e europeus agendados para 2009.

CASA VERDADES DE FÁRIA PALCO DE LANÇAMENTO



LITERÁRIO

– “Arquitectura e Música”, de Lídia Tauleigne Roque –

Com a chancela da editora Papiro, “Arquitectura e Música” é o título da obra da autoria de Lídia Tauleigne Roque que será apresentada no próximo dia 7 de Maio, pelas 18H30, no Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades Faria, Monte Estoril. O livro explora os traços comuns

entre as linguagens destas duas formas de expressão. “Em Arquitectura, como em Música, a relação entre a representação mental do arquitecto/ compositor e a representação gráfica arquitectónica/musical é indirecta; essa representação gráfica corresponde à estrutura do processo criativo e não ao resultado final da obra palpável/sonora”.

Mestre Arquitecta, Lídia Tauleigne Roque exerce actividade profissional relevante na área da arquitectura a par

com uma constante investigação da relação entre a arquitectura e a música.

A apresentação estará a cargo de Rui Duarte e Otto Pereira, integrando um Momento Musical pelo Tempus-Quarteto de Cordas.

NOTA BIOGRÁFICA | Lídia Tauleigne Roque nasceu em Lisboa, Portugal, em 1970. Possui dupla nacionalidade (portuguesa/francesa). Detém o Curso de Canto e Piano (1980/89 – 92/97), Escola de Música do Conservatório Nacional de Lisboa; Frequência do Curso de Engenharia Naval (1990/1992), Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa; Licenciatura em Arquitectura (1993/98) e Mestrado em “Teoria da Arquitectura” (2000/2003), Universidade Lusíada. Exerce a actividade profissional relevante na área da arquitectura a par com uma constante investigação da relação entre a arquitectura e a música.

Deliberações da Reunião Ordinária de Câmara de 5 de Maio de 2008

A Câmara Municipal de Cascais, em reunião ordinária pública de 5 de Maio, entre outras matérias, deliberou:

1. Aprovar a aquisição do antigo Cinema do Centro Comercial Grande Galiza, sito na Rua Sacadura Cabral, n.º 102, em S. João do Estoril, pelo valor de 250.000,00 Euros. Esta aquisição permite dotar S. João / Galiza / Fim do Mundo de uma importante infra-estrutura cultural, designadamente de um auditório com uma área de cerca de 330 metros quadrados, aos quais acresce um outro espaço de 32 m2. Inserido no maior espaço comercial existente numa zona densamente povoada e próximo de diversos estabelecimentos escolares de diferentes níveis, este auditório, após a requalificação que a Câmara Municipal ali irá conduzir, contribuirá para uma franca melhoria da oferta lúdica e cultural à população, criando-se um espaço de sociabilidade adequado ao desenvolvimento de projectos e actividades relacionadas com artes de espectáculo que poderá ser utilizado pelas associações da zona.



2. Aprovar a abertura de concurso público para a construção da rede de abastecimento de água à Cidade de Santana – Cantagalo - S. Tomé e Príncipe, com o valor base de 270.342,23 Euros. Localidade do interior da ilha de S. Tomé geminada com Cascais, Cantagalo não dispõe de rede de abastecimento de água, facto que acarreta problemas de saúde pública e dificuldades à população ali residente. No âmbito das relações internacionais, a Câmara Municipal de Cascais desenvolveu todo o projecto com vista à realização da presente empreitada num investimento de 18.500,00 Euros. Agora, responsabiliza-se pelo lançamento do concurso público de uma empreitada que inclui, entre outros trabalhos, a reabilitação das captações de água, remodelação dos reservatórios existentes e construção de novas estruturas, implementação de condutas de distribuição de água, fontanários e marcos de incêndio.

3. Aprovar a celebração de um protocolo entre o Município de Cascais e a Associação MIMAR - Associação de Solidariedade Social de Acolhimento e Integração de Crianças, para apoio na construção e equipamento de um Centro de Acolhimento Temporário para Crianças em risco, bem como a atribuição de subsídio global de 500.000,00 no âmbito do mesmo protocolo, dos quais 200.000,00 Euros serão atribuídos em 2008, 200.000,00 em 2009 e 100.000,00 em 2010. Com capacidade para acolher até 20 crianças, o Centro de Acolhimento Temporário está orçado em 871.000,00 Euros e será construído em terreno cedido pela Câmara Municipal de Cascais em regime de direito de superfície em 13.01.2005, na Amoreira, Freguesia do Estoril. A gestão do equipamento ficará a cargo da Associação MIMAR.

4. Aprovar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais para construção de uma piscina de aprendizagem, bem como um atribuição de um subsídio no valor de 200.000,00 Euros. A piscina será construída no terreno municipal com a área de 4.324 m2, situado no lugar da Torre, Freguesia de Cascais, cedido em



regime de direito de superfície à AHBVC em 2000.

5. Aprovar a celebração de um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com a Associação Grupo Desportivo e Recreativo do Bairro da Tojeira, no valor global de 175.000,00 Euros para a construção de estrutura coberta do recinto de jogo e instalações de apoio e sede social, no terreno municipal situado na Rua Tomás da Fonseca, no lugar da Conceição da Abóboda, Freguesia de S. Domingos de Rana, com a área de 3.282m2 cedido ao clube em regime de direito de superfície. Associação sem fins lucrativos fundada em 3 de Novembro de 1999, o Grupo Desportivo e Recreativo Bairro da Tojeira visa desenvolver e fomentar a prática de todos os desportos, concorrendo para a educação física dos seus associados.

6. Aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 20.000,00 Euros ao Coral Infantil de Carcavelos para apoio na realização do XVIII Festival da Canção Infanto-Juvenil “A Clave de Prata”. Projecto de âmbito pedagógico e cultural, que promove a música e o canto polifónico, o XVIII Festival da Canção Infanto-Juvenil “A Clave-de Prata” tem este ano como tema “Os Oceanos” e terá lugar dia 25 de Maio, no Auditório do Colégio “Os Maristas” de Carcavelos.

7. Aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 100.000,00 Euros à Associação Música, Educação e Cultura para apoio à realização de temporada de concertos no Casino Estoril 2007/ 2008. Formação de grande qualidade e prestígio na formação e divulgação musicais, a Orquestra Metropolitana de Lisboa, na sua temporada de Outubro 2007 a Junho 2008, tem realizado um

concerto por mês no Salão Preto e Prata do Casino Estoril, privilegiando um conjunto eclético de compositores e intérpretes e registando assinalável êxito junto do público.

8. Aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 75.000,00 Euros ao Quarteto com Piano de Moscovo no âmbito do protocolo celebrado com aquele grupo musical residente em Cascais. À luz do protocolo em causa, o Quarteto com Piano de Moscovo compromete-se a efectuar uma temporada de dez concertos por ano civil, bem como concertos comemorativos e apontamentos musicais mediante solicitação da Câmara Municipal.

Cascais assinala 150.º Aniversário de Casamento Real

Para assinalar a passagem de 150 anos vividos sobre a chegada de D. Estefânia Hohenzollern-Sigmaringen, proveniente de Düsseldorf, sua cidade natal, e do seu casamento com Dom Pedro V, Cascais recebeu, esta semana, a visita oficial de uma delegação daquela cidade alemã da Vestefália.

Além de um almoço, a comitiva pode desfrutar de um passeio por lugares fundamentais da Vila, como o Palácio da Cidadela, o Museu Condes de Castro Guimaraes e o Farol-Museu de Santa Marta.

A efeméride foi comemorada com um intenso programa cultural ao qual foram associadas várias instituições, designadamente as Câmaras Municipais de Dusseldorf, Vila Viçosa, Lisboa, Cascais, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, além de outras instituições culturais e teve lugar entre os dias 27 e 30 de Abril. – **Gab. Imp. CM Cascais**

Notícias de Gaia

Autorizado hotel de luxo para o centro histórico

· Unidade hoteleira vai ser construída em terrenos próximos das Caves Croft

O hotel de charme previsto para a parte alta do centro histórico de Gaia deverá ser licenciado no início da próxima semana, anunciou Luís Filipe Menezes, que ontem recebeu na câmara o presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), Basílio Horta. Um projecto de interesse nacional (PIN) que estará pronto em 2009.

A iniciativa de criar uma unidade hoteleira de cinco estrelas partiu do grupo Fladgate Partnership, detentor das companhias de vinho do Porto Taylor's, Fonseca, Croft e Delaforce. O hotel, um investimento de 30 milhões de euros que pretende ser uma referência a nível mundial, que será edificado na parte superior do terreno das Caves Croft, com acesso pela Rua de Choupelo.

Além do hotel, também o Media Parque está inserido nos chamados PIN. "Após ter passado por uma fase de hesitação natural por parte do conselho de administração da RTP, está agora em via de concretizar uma parceria com agentes privados", disse Luís Filipe Menezes.

A criação de parques empresariais é uma das grandes apostas do executivo de Luís Filipe Menezes. Uma aposta que surge pela necessidade de atrair investimento para Gaia, mas também pela urgência em reorganizar o tecido económico e industrial que se encontra disperso pelo município.

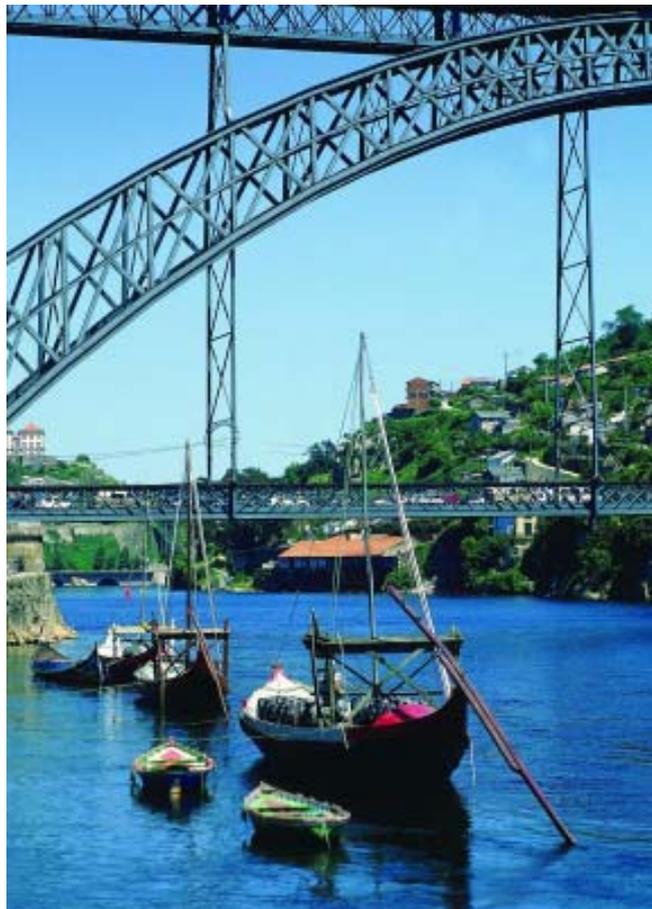
A autarquia tem em desenvolvimento três parques voltados para as actividades relacionadas com ciência e tecnologia: o Parque Empresarial de S. Félix da Marinha, já em construção, o Parque Empresarial de Perosinho e o Parque Empresarial de Sandim". Para a viabilização destes projectos, a autarquia rodeou-se de outros parceiros institucionais, como empresas e universidades.

Cada um destes parques tem fins distintos. Em S. Félix da Marinha está a nascer o Gaia Park vocacionado para a ciência. O parque, com uma área de 100 hectares, deverá acolher mais de meia centena de empresas, sendo um pólo catalisador de novas competências científicas e tecnológicas de apoio à actividade económica local.

Já Perosinho deverá atrair novos investimentos em áreas ainda a definir mas que deverão complementar as actividades existentes na região para permitir a redinamização do tecido empresarial. Terá capacidade para cerca de 80 empresas nos seus 240 hectares.

Quanto ao Parque de Sandim, com 108 hectares, deverá acolher iniciativas predominantemente de natureza industrial. Com capacidade para 70 empresas poderá absorver, quando estiver em pleno funcionamento, cerca de 350 pessoas.

Basílio Horta disponibilizou-se para acompanhar a criação destes parques. "Gaia é a terceira maior cidade do País e não queremos que nenhuma boa oportunidade se perca", disse o presidente da AICEP. – Fonte: DN e Lusa; fotos arquivo Povo Livre



Notícias da Madeira

Ministério das Finanças retém 14,6 milhões de Euros de créditos do Governo Regional

A Conta da Madeira de 2006 foi afectada pela retenção de 14,6 milhões de euros pelo Ministério das Finanças ao não ter reconhecido uma operação de titularização de créditos do Governo Regional no valor de 150 milhões de euros, disse o deputado do PSD-M, Jaime Filipe Ramos.

A Assembleia Legislativa da Madeira debateu e aprovou a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2006 no valor de 1.400 milhões de euros.

"A Conta, em geral, foi afectada, em 2006, pela decisão do Ministério

das Finanças em cativar 14,6 milhões relativamente à acção de crédito que o Estado achou que foi indevida na ordem dos 150 milhões de euros e pela recusa em autorizar um empréstimo de 75 milhões de euros do Banco Europeu de Investimentos para co-financiar investimentos europeus", explicou o deputado e responsável pela Comissão especializada de Economia, Jaime Filipe Ramos.

Este deputado adiantou que a Conta da Região teve um saldo positivo na ordem dos 25 milhões de

euros e um acréscimo na despesa apenas nas áreas do funcionalismo, da educação e da saúde.

Salientou ainda que as receitas tiveram uma execução na ordem dos 95 por cento e que as despesas se fixaram em 91 por cento.

Referiu também que os impostos directos registaram um acréscimo de cinco por cento e que a Conta não registou um acréscimo da sua dívida, uma vez que a mesma "ainda anda à volta dos 32 por cento do PIB": "o valor calculado é 1.026 milhões na

dívida indirecta e 400 milhões de euros de dívida directa".

Indicou igualmente que a Conta de 2006 registou "algum acréscimo no que diz respeito às despesas na área da Saúde e Educação bem como pela absorção por parte do Governo Regional do sector da Direcção Regional dos Assuntos Fiscais que levou cerca de cinco milhões de euros e da Direcção Regional de Juventude".

– Fonte: Lusa

Notícias de Ílhavo

Festival de Teatro 2008

O Festival de Teatro 2008 do Município de Ílhavo irá decorrer de 3 a 24 de Maio. Este ano, e como uma nota inovadora, a abertura do Festival de Teatro decorreu no Centro Cultural de Ílhavo com representação da Peça “Dia das Mentiras” pelo Teatro da Trindade no Sábado dia 3 de Maio.

Durante todo o mês de Maio serão apresentadas peças de Teatro em várias localidades do Concelho, indo ao encontro de toda a população, com nove espectáculos diversificados mas plenos de qualidade.

Dedicámos especial atenção à Semana do Teatro Infantil que se realizou nos dias 7, 8 e 9 de Maio no Centro Cultural de Ílhavo, onde os mais de 2300 alunos do pré escolar e 1º Ciclo do ensino Público tiveram oportunidade de assistir à peça infantil “Poção Mágica”.

Em simultâneo com o Festival de Teatro, o Fórum Municipal de Juventude agendou para este mês de Maio uma série de workshops intitulados “Oficinas do Teatro”.

PROGRAMA

3 de Maio, Sábado

21h30

“Dia das Mentiras”

Teatro da Trindade

Centro Cultural de Ílhavo

7, 8 e 9 de Maio, Quarta, Quinta e Sexta-feira

“Poção Mágica” Teatro Infantil

Grupo de Teatro Arteriso

Centro Cultural de Ílhavo

9 de Maio, Sexta-feira

21h30

“A Ordem é Ressonar”

Grupo de Teatro Ribalta

Salão de Festas da Casa de N.ª S.ª da Luz, Légua

10 de Maio, Sábado

21h30

“O Gato”

Grupo de Teatro Renascer

Salão Cultural da Gafanha do Carmo

16 de Maio, Sexta-feira

21h30

“Médico à Força”

Teatro da Meia Via

Salão Cultural da Gafanha da Encarnação

17 de Maio, Sábado

21h30

“Pedra Moura”

Grupo Recreativo dos Amigos da Légua – GRAL

Salão de Festas do Centro Social de N.ª S.ª da Paz, Vale de Ílhavo

18 de Maio, Domingo

17h00

“La Famille Royale”

Radar 360º

Largo do Farol, Praia da Barra

23 de Maio, Sexta-feira

21h30

Teatro D. Roberto: “O Barbeiro”, “A Tourada”, “A Rosa e os três namorados”

SA Marionetas

Teatro da Vista Alegre

24 de Maio, Sábado

21h30

“O Anjo de Montemuro”

Teatro Montemuro

Centro Cultural da Gafanha da Nazaré

V Concurso de Fotografia “Olhos sobre o Mar”

No seguimento do grande sucesso obtido com a realização das edições anteriores do Concurso de Fotografia “Olhos sobre o Mar”, quer ao nível da quantidade quer ao nível da qualidade dos trabalhos recebidos, o Executivo Municipal aprovou as Normas de Participação no V Concurso de Fotografia “Olhos sobre o Mar”.

Este concurso conta mais uma vez com o apoio do Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura, da revista FotoDigital e do Diário de Aveiro. O concurso, será de âmbito nacional, nas categorias cor e preto/branco, decorrendo até ao dia 16 de Junho.

Atendendo ao facto de se viver este ano o 110º aniversário da Restauração do Município de Ílhavo é excepcionalmente criada uma Secção Especial denominada “Património Histórico-Marítimo Ilhavense”, à qual cada fotógrafo poderá concorrer com uma fotografia em cada uma das categorias (cor e p/b),



que retrate a temática.

A entrega dos prémios acontecerá em Agosto, mês em que os 50 melhores trabalhos irão ficar expostos na Sala de Exposições Temporárias (Porão de Salgado) do Navio Museu Santo André.

Mais informações na Câmara Municipal, através do telefone 234 329 602 ou do e-mail geral@ilhavo.pt - **CM Ilhavo**

A verdade e a propaganda

(do nosso correspondente)

Nos últimos dias assistiu-se a uma tentativa de criar ilusões na população do Concelho de Ovar, por parte da Câmara Municipal, dando a entender que a Ministra da Saúde reavaliou a situação do Hospital de Ovar e cedeu às pretensões do município, reabrindo o Serviço de Urgência em resultado dessa reapreciação.

Ora, tal facto não corresponde à verdade. Importa esclarecer a população para aquilo que efectivamente está em cima da mesa, falando verdade em vez de enganar as pessoas, como tenta fazer a Câmara Municipal de Ovar com a sua propaganda que vende “gato por lebre”.

O que o Ministério da Saúde anunciou não foi a reabertura das urgências mas foi, sim, o prolongamento do horário das consultas abertas, uma decisão que o PSD de Ovar não pode deixar de saudar mas que não equivale, de modo nenhum, ao tipo de serviços que antes eram prestados nas Urgências.

Essa decisão da Ministra é uma primeira resposta positiva à acção preponderante realizada nos últimos meses pelo PSD e por outras forças políticas do Concelho, que nunca baixaram os braços, nem aceitaram a decisão do anterior Ministro ou os prejuízos que essa decisão implicou para a população vareira. Recorde-se que já em Fevereiro o PSD de Ovar citou o exemplo da acção desenvolvida pela autarquia de São João da Madeira (que garantiu junto do Ministério da Saúde a manutenção do seu Serviço de Urgência até à criação de alternativas), recomendando ao Presidente da Câmara Municipal de Ovar que, por sua vez, exigisse à ARS Centro a reapreciação dos critérios e defendesse de forma responsável a reabertura do serviço de Urgência do Hospital Dr. Francisco Zagalo.

Esse é um trabalho que ainda está por fazer e um objectivo que o executivo municipal não pode pôr de parte, se o seu interesse for de facto a defesa dos interesses dos munícipes vareiros e não a solidariedade partidária com os membros do governo.

Em vez de emitir comunicados congratulando-se pela “prenda” que, pelos vistos, julga já ter recebido do Governo, a Câmara Municipal faria bem melhor em olhar para o bom exemplo dos nossos vizinhos e pugnar, de forma convicta, pelos serviços a que a população de Ovar tem direito. – *Álvaro Santos*



Notícias de Penafiel

Freguesia de Capela já tem nova Escola

As crianças da freguesia da Capela já têm um novo espaço escolar. Trata-se da escola do 1º ciclo do ensino básico do Monte nº 1, recuperada e ampliada. As obras foram realizadas para, para além de outros objectivos, dar resposta aos problemas criados com a desactivação da escola de Cabroelo. A sua inauguração teve lugar na passada sexta-feira, dia 25 de Abril.

Com capacidade para 72 crianças, o novo espaço acolhe, actualmente, 52 alunos nas três salas existentes.

Recorde-se que logo no início do primeiro mandato, o executivo penafidense, perante um cenário de absoluta degradação da escola do Monte nº1, avançou com um plano de urgência, uma vez que não apresentava condições de segurança para as crianças.

Assim, a intervenção incidiu sobre a recuperação do edifício de forma a ser preservado o valor arquitectónico existente.

Em terrenos contíguos, encontravam-se dois pré-fabricados, onde eram leccionadas as aulas do ensino básico da Escola do Monte nº1. Depois do novo edifício ter entrado em funcionamento, procedeu-se à demolição dos pré-fabricados que foram substituídos por um novo

edifício, agora inaugurado, e que dá continuidade à escola recuperada já no mandato anterior.

Orlando Rocha, representante da DREN e da Equipa de Apoio às Escolas, realçou o trabalho que a autarquia penafidense tem desenvolvido em torno do parque escolar.

“Penafiel está a fazer uma rigorosa interpretação ao nível desta resolução dos equipamentos escolares”, afirmou para acrescentar que “não há necessidade de se criar grandes centros escolares, é preciso saber medir cada caso”. Na opinião deste responsável, as freguesias têm de ter vida própria.

Agostinho Soares, presidente da Junta de Freguesia da Capela chamou a atenção para as excelentes condições da nova escola, realçando o facto das crianças poderem estudar numa escola digna.

**Penafiel aposta no Turismo Cultural e Religioso
Câmara de Penafiel e
Cooperativa Turel assinam
protocolo**

O município de Penafiel aderiu à TUREL. Trata-se de uma cooperativa



de desenvolvimento e promoção do turismo cultural e religioso designada por TCR.

Constituída por 40 cooperantes, a TUREL criou uma estrutura profissional especializada que, através de um trabalho contínuo, desenvolveu vários conceitos, destacando-se “À Descoberta dos Santuários”, “Valorização do Património Religioso”, “Roteiros Turel”, entre outros.

Na terça-feira da semana passada foi assinado um protocolo entre a Câmara Municipal e esta cooperativa

que vai permitir a inclusão dos roteiros turísticos do município de Penafiel na base de dados da Turel e nos Roteiros Turel. O município será também incluído nas “visitas educacionais” realizadas pela Turel para operadores turísticos e agências de viagens. Este protocolo vai permitir ainda a divulgação e promoção do património do concelho nas feiras de turismo onde a Turel participa e a inclusão do alojamento, restauração, museus e lojas de venda de artesanato do concelho de Penafiel no “Cartão Turel” e nos “Roteiros Turel”.

– CM Penafiel

Notícias do Porto

Ambiente: «Homem do Leme» com Bandeira Azul

A praia do Homem do Leme obteve o estatuto de Bandeira Azul, o que constitui um facto inédito na história da cidade do Porto e que, até há bem pouco tempo, se afigurava como uma autêntica utopia. A notícia foi hoje formalmente anunciada pelo Presidente do Conselho de Administração da Águas do Porto e pelo Presidente da Comissão de Estruturação daquela Empresa Municipal, Álvaro Castello-Branco e Joaquim Poças Martins, respectivamente, numa conferência de imprensa, na qual marcou igualmente presença o responsável pela Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL), Brogueira Dias.

A obtenção daquele galardão, que Álvaro Castello-Branco classificou como «uma conquista extraordinariamente importante para a cidade», foi consequência do «esforço conjunto» e da «colaboração institucional» entre todas as entidades envolvidas no processo de candidatura, como sublinharam Brogueira Dias e Poças Martins, para quem a política de saneamento que tem vindo a ser desenvolvida pela Empresa Municipal Águas do Porto foi determinante para o sucesso agora alcançado.

«Neste momento e para além das que já o foram, todas as casas que drenam para a zona das praias estão tecnicamente em condições de ficarem, a muito curto prazo, ligadas ao saneamento», declarou Poças Martins, adiantando que os ramais em causa, naquelas zonas, estarão concluídos até final do corrente mês, e em toda a cidade até 2009.

«É muito difícil conseguir o estatuto de Bandeira Azul, mas é extremamente fácil perdê-lo», alertou aquele perito, para quem o galardão agora obtido constitui «um estímulo,



mas também uma responsabilidade».

O responsável pela Comissão de Estruturação da Águas do Porto sublinhou que a Empresa Municipal «está a fazer o que é humanamente possível para defender e salvaguardar a qualidade da água das praias do Porto», apontando como exemplo a obra, neste momento a decorrer, de instalação do interceptor marginal de águas pluviais da orla marítima.

Trata-se de uma intervenção, única no país, ao longo de uma área com cerca de dois quilómetros de extensão, desde o Castelo do Queijo até ao Douro, destinada a instalar uma conduta com um metro de diâmetro e capaz de receber as águas pluviais poluídas, que serão conduzidas à respectiva estação de tratamento.

Com esta estrutura e mesmo num cenário de chuvas intensas, será possível evitar danos substanciais na qualidade das praias portuenses, que – recorde-se – já tinham sido certificadas como zonas balneares, independentemente do estatuto de Bandeira Azul agora atribuído à do Homem do Leme.

Para se ter uma noção do que está em causa, Poças Martins declarou que uma praia com Bandeira Azul terá de ser 20 vezes mais despoluída do que uma outra já certificada apenas como zona balnear.

Segurança e Protecção Civil Incêndio deflagrou na Reitoria

Um incêndio na primeira semana do mês, na Reitoria da Universidade do Porto, na Praça dos Leões, obrigando à pronta evacuação de todo o edifício. A origem das chamas teve lugar numa zona que se encontra, actualmente, em obras de restauro. Os Bombeiros Sapadores do Porto responderam, de forma rápida e eficaz, ao combate, não havendo a registar feridos, mas apenas avultados prejuízos materiais.

Na origem das chamas poderá ter estado a explosão de um aparelho que estava a ser utilizado por trabalhadores em obras de restauro. O incêndio terá começado na cobertura do edifício, situado na Praça Gomes Teixeira, depressa se propagando para as águas furtadas.

O Vereador das Actividades Económicas, Protecção Civil e Recursos Humanos, Manuel Sampaio Pimentel, acompanhado pelo Vereador da Educação, Juventude e Inovação, Vladimiro Feliz, esteve no local, realçando a eficácia dos Bombeiros Sapadores e a sua pronta resposta de combate às chamas. «Os Bombeiros Sapadores foram alertados às 11h22 e às 11h25, ou seja, três minutos depois, já tinham equipas no local para debelar as chamas», afirmou Manuel Sampaio Pimentel.

Ao fim de hora e meia de combate às chamas, as quase quatro dezenas de bombeiros envolvidos começaram a dar a operação por concluída e iniciaram a fase de rescaldo.

O comandante dos Bombeiros Sapadores do Porto, Alves Costa, chegou a manifestar-se preocupado com o risco de colapso de algumas estruturas do edifício mais afectadas pelo incêndio, tendo confirmado que se conseguiu preservar o museu e a biblioteca.

«O combate directo às chamas foi difícil», reconheceu o comandante, acrescentando: «No momento mais crucial chegaram a estar seis agulhetas a trabalhar em simultâneo». No combate às chamas estiveram envolvidos mais de 30 sapadores bombeiros, com 12 viaturas. Os Bombeiros Voluntários do Porto fizeram deslocar também para o local 15 soldados da paz e três viaturas, ajudando assim no combate a este incêndio. – **CMPorto e Lusa**





ASSEMBLEIA DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir em Assembleia Plenário, no dia 19 de Maio de 2008, segunda-feira, pelas 21h30, na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, sita na Avenida da Boavista, 4245 – Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação político partidária, com a presença dos candidatos à presidência do PSD (aguarda-se confirmação).

Nota: A Assembleia Distrital estará aberta a todos os militantes.

CONDEIXA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Condeixa-a-Nova, para reunir no próximo dia 13 de Junho de 2008, pelas 21h00, na Casa do Povo de Condeixa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no Restaurante- Churrasqueira “O Veloso”, sito na Rua D. Elsa Sotto Mayor, em Condeixa.

NÚCLEO DE SÃO MAMEDE DE INFESTA (CPS MATOSINHOS)

Clarisse do Céu Sousa, militante nº 40628, Presidente da comissão Política de Matosinhos, ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacional do PSD, convoca-se a Eleição para a Comissão Política de Núcleo do PSD de São Mamede de Infesta, para o próximo dia 13 de Junho de 2008, entre as 18h00 e as 22h00, na Sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na Freguesia de Matosinhos.

As listas concorrentes às eleições devem ser entregues até às 24h00 do dia 10 de Junho de 2008, no local da realização das eleições.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do PSD de Oeiras, para a Assembleia de Secção no dia 20 de Maio de 2008, terça-feira, no auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, sito na Av. Francisco Sá Carneiro, nº 17, em Oeiras, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação Política, (todas as candidaturas à liderança nacional encontram-se convidadas para se fazerem representar neste plenário)

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Penafiel para reunir em Assembleia extraordinária, no dia 20 de Maio de 2008, pelas 21h30, o Auditório do Pavilhão de feiras e Exposições, sito na freguesia de Milhundos, Penafiel, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.

VILA REAL

Nos termos do disposto no artigo 51º dos Estatutos Nacional do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real para reunir no dia 28 de Maio de 2008 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede do PSD, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.

VOUZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Secção de Vouzela para Assembleia Eleitoral, para o dia 14 de Junho de 2008 (sábado), pelas 20h30, na Sede de Secção – Rua Ribeiro Cardoso, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede da Secção.



MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção do Montijo para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 1 de Junho de 2008, pelas 17h30, na Sede de Secção, sita na Praça da República, n.º 12, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção do Montijo
(Marco Santos)

NÚCLEO DA LOUROSA – S. MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo Residencial da JSD Lourosa – Santa Maria da Feira, para reunir no dia 14 de Junho de 2008, pelas 14 horas, na sua Sede, sita na Rua dos Fontanários, Freguesia de Lourosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo Residencial de Lourosa.

A Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial de Lourosa
(Andreia Filipa Pimentel Pereira)



Trabalhadores Sociais-Democratas

TSD considera que o PSD deve ocupar o espaço central na sociedade portuguesa

Os Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD) consideram que o PSD deve ocupar o espaço central na sociedade portuguesa e advertem os militantes que nas directas de 31 deste mês está em causa a escolha do primeiro-ministro de Portugal.

As posições constam de uma carta aberta hoje enviada aos candidatos à liderança do PSD, documento que foi aprovado no final de uma reunião do Secretariado dos TSD.

Na carta, os TSD consideram que as políticas do Governo PS “tem conduzido aos fortalecimento das forças radicais à esquerda, com indicadores de voto que nunca existiram na democracia portuguesa, nem que há outro exemplo em países da União Europeia”.

“O PSD, como partido interclassista, reformista e de matriz social-democrata, tem de ocupar o seu espaço central na sociedade, apontar um rumo, apresentar um projecto de mudança e assumir as suas responsabilidades históricas de governação para tirar o país do actual marasmo”, refere a carta.

Além da recusa de uma viragem à direita do partido, os TSD, que não expressam apoio a qualquer dos candidatos à liderança, consideram no entanto que os militantes vão escolher no próximo dia 31 “o futuro primeiro-ministro de Portugal e o responsável máximo pela mudança necessária e urgente que o país reclama”.

Os TSD deixam ainda outro recado para o interior do partido: “uma vez eleito o presidente do PSD, as querelas desgastantes devem acabar e o novo líder deverá dirigir democraticamente o partido, em nome de todos os militantes e não de um grupo, devendo começar por chamar os candidatos não vencedores a colaborarem na direcção do PSD e na elaboração das políticas do partido para Portugal”.